

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**PROCESSO MF Nº 12440.720045/2017-51****Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de TI para elaboração de projetos de engenharia em BIM e treinamentos**

A UNIÃO, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio da sua Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol), torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua equipe de apoio, designados pela Portaria RFB/Copol nº 26 de 2 de março de 2017, realizará certame licitatório, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, que obedecerá aos preceitos de direito público e, em especial, às disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2012, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, do Decreto nº 7.010, de 16 de novembro de 2009, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008, da Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 11 de setembro de 2014, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, demais legislações pertinentes e, ainda, do estabelecido no presente Edital e seus anexos, constantes do Processo MF nº 12440.720045/2017-51.

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-Building Information Modeling), incluindo suporte básico e treinamentos nos sistemas, conforme este Edital e seus Anexos.

1.2 O julgamento e adjudicação do objeto desta licitação será por menor preço por lote para os Lotes 1 e 2.

2. DA ABERTURA

2.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de Sistema Eletrônico (comunicação pela Internet), dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 05/09/2017 (Terça-Feira)

HORA DA ABERTURA: 9:00 hs (Horário de Brasília)

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 170010 – RFB/Brasília/DF

RECEBIMENTO DA PROPOSTA: a partir da disponibilização do Edital no Sistema Eletrônico – Compras Governamentais até o início da sessão de abertura da licitação.

2.2 Todos os horários estabelecidos no presente Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo Endereço Eletrônico e horário estabelecidos no subitem **2.1** deste Edital, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.

3. DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), conforme disposições contidas no art. 3º do Decreto nº 5.450, de 2005 e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

3.2 As microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido, conforme previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, e alterações, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no parágrafo quarto do artigo 3º da mencionada Lei Complementar.

3.2.1 Também poderão participar desta licitação e receber o tratamento diferenciado e favorecido em igualdade de condições com as ME e EPP, as Sociedades Cooperativas (COOP) que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados, em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3.3 O credenciamento no Sicaf poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal (Compras Governamentais), no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado, em conformidade com os dispostos no inciso I do artigo 13 do Decreto nº 5.450, de 2005 e no §3º do art. 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

3.3.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3.2 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

provedor do sistema, ou ao órgão responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.3 A perda da senha e/ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.4 Não poderão participar deste Pregão as entidades que:

I. não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

II. estejam em processo de falência, recuperação judicial, extrajudicial, ou de insolvência, ou outra forma de concurso de credores, em dissolução, fusão, cisão, incorporação ou em liquidação. No caso de recuperação judicial, poderão participar desde que apresentem certidão emitida pela instância judicial certificando sua aptidão econômica e financeira para participar do presente procedimento licitatório (Acórdão TCU nº 8.271/2011 – 2ª Câmara);

III. estejam cumprindo suspensão temporária de participar em licitação e/ou impedimento de contratar com a RFB, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666, de 1993;

IV. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, conforme o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993;

V. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, consoante sanção prevista pelo art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

VI. tenham sido declaradas inidôneas na forma estipulada pelo art. 46 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

VII. estejam impedidas de participar de licitações nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

VIII. estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos dos incisos IV e V do art. 33 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;

IX. sejam cooperativas de trabalho que utilizem intermediação de mão de obra subordinada, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.;

X. tenham sido declaradas inidôneas na forma estipulada pelo art. 78-A, V, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;

XI. estejam proibidas de contratar com o Poder Público em função da aplicação do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

XII. sejam estrangeiras e não tenham representação legal no País com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

XIII. se enquadrem nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

XIV. estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si. A vedação quanto à participação de consórcio no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade, já que existem empresas do ramo que conseguem executar o objeto sem a necessidade de se constituírem em consórcio;

XV. estejam impedidas de participar do certame com base em qualquer outra hipótese legal.

3.5 Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico que:

I. cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

II. cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta esteja em conformidade com as exigências previstas no Edital;

III. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou menor de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal; e,

IV. a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

3.6 Na ausência de manifestação ao inciso I do subitem **3.5** será considerado que o licitante não se enquadre nos termos da Lei complementar nº 123, de 2006.

3.7 As declarações mencionadas no subitem **3.5** deverão ser efetuadas somente em campo próprio do Sistema Eletrônico, no momento de elaboração e envio da proposta, as quais poderão ser visualizadas pelo Pregoeiro na fase de habilitação, não havendo necessidade de envio posterior por meio de fax ou de qualquer outra forma.

3.8 É facultado ao Pregoeiro promover diligência para comprovação do enquadramento do licitante na condição ME e EPP ou COOP que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 e alterações.

3.8.1 A falsa declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, enviando o pedido ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço copol.licitacao@receita.fazenda.gov.br, até às 18:00h do **terceiro dia útil** anterior à data fixada para abertura da sessão pública.

4.2 Qualquer pessoa poderá impugnar, por alegada irregularidade, os termos do presente Edital, no prazo de até **2 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura da

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

sessão pública, cabendo ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir a respeito no prazo de até 24 (vinte quatro) horas.

4.2.1 A impugnação deverá ser realizada exclusivamente na forma eletrônica, pelo e-mail copol.licitacao@receita.fazenda.gov.br, até às 18h00 da data limite estipulada no subitem **4.2**.

4.3 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.4 Os avisos, as impugnações, os pedidos de esclarecimentos e os respectivos posicionamentos do Pregoeiro serão disponibilizados no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio do link "Gestor de Compras>Consultas>Compras Governamentais>Pregões>Agendados", para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

4.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5. DO REGISTRO DA PROPOSTA DE PREÇOS NO SISTEMA

5.1 O registro da proposta deverá ser formulado pelo fornecedor, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a partir da disponibilização do Edital do Pregão no site Compras Governamentais, www.comprasgovernamentais.gov.br, até, no máximo, o horário estipulado no subitem **2.1** deste Edital.

5.1.1 Para formular a proposta, o fornecedor deverá executar os seguintes procedimentos:

- I. selecionar o item para o qual deseja enviar uma proposta;
- II. indicar primeiramente o valor unitário proposto ao item e depois seu valor total, em Reais (R\$), computando todos os custos necessário ao seu fornecimento, bem como impostos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre cada objeto desta licitação;
- III. digitar o valor, separando com vírgula os centavos, totalizando 4 (quatro) casas decimais;
- IV. constar na proposta a descrição detalhada do objeto ofertado e sua marca, os quais vincularão ao Contrato;
- V. marcar o campo de declaração de concordância com os termos e condições do presente Pregão antes do envio da proposta; e
- VI. clicar em incluir, após o preenchimento dos dados requeridos pelo Sistema Compras Governamentais, para efetivar o envio da proposta.

5.1.1.1 O Sistema Compras Governamentais apresentará mensagem informativa sobre o registro da proposta.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

5.1.1.2 Para evitar possíveis erros de digitação, considerando a quantidade estabelecida e o preço unitário preposto, o Sistema Compras Governamentais efetuará o cálculo do valor total e fará a comparação com o valor total informado. Caso não seja coincidente, o Sistema solicitará o acerto do valor unitário e/ou do valor total.

5.2 Até a abertura da sessão, qualquer proposta enviada poderá ser retirada ou substituída.

5.3 Toda proposta terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias a contar da data de seu envio, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá este prazo.

5.4 O envio da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas.

5.5 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6 Quando do envio da proposta, por meio do sistema eletrônico, é vedada a inclusão de qualquer elemento que possa identificar o licitante, sob pena de desclassificação pelo Pregoeiro.

6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES
--

6.1 A abertura da sessão pública será iniciada no horário estipulado no subitem **2.1** deste Edital.

6.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Anexo I deste Edital.

6.2.1 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.1.1 A classificação das propostas não impede a sua desclassificação no momento da aceitação.

6.2.2 O Sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.3 Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do respectivo horário de registro e valor.

6.3.1 Nessa fase, o Pregoeiro encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após isso, iniciará o período do encerramento aleatório no Sistema Compras Governamentais, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.3.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

6.3.3 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

registrado pelo sistema.

6.3.4 Na fase competitiva do Pregão, em sua forma eletrônica, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, conforme estabelecido no art. 2º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 4 de outubro de 2013.

6.3.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.3.6 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.3.6.1 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.4 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro.

6.4.1 O Sistema Eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.5 No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1 Na eventualidade da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

6.6 Da Aplicação dos Critérios de Preferências

6.6.1 Critério de Preferência em conformidade com o Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010 – Desempate ficto para Bens e Serviços de Informática

6.6.1.1 Os licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida e que forneçam bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e/ou produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal, serão convocados, na ordem de classificação, para comprovação e exercício do direito de preferência previsto no art. 5º do Decreto nº 7.174, de 2010, observada a seguinte ordem:

I – bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II – bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III – bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

6.6.1.2 As ME/EPP que atendam ao disposto nos incisos I a III terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

mesmo inciso.

6.6.1.3 No caso de empate de preços entre licitantes que se encontrem na mesma ordem de classificação, proceder-se-á ao sorteio para escolha do que primeiro poderá ofertar nova proposta, conforme § 1º do Art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.6.1.4 Para o exercício do direito de preferência, os licitantes deverão declarar sob as penas da lei, através do Sistema ou quando solicitados pelo pregoeiro, que atendem aos requisitos legais para a qualificação como ME/EPP, se for o caso, e aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II ou III do subitem **6.6.1.1**.

6.6.1.5 A efetiva comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, os quais deverão ser enviados quando solicitados pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico Compras Governamentais.

6.6.1.6 A comprovação prevista no subitem anterior será feita:

I - eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Suframa, através dos sítios; ou

a) http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/2933/Empresas_habilitadas_produtos_e_molhos_aprovados.html

b) http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/347280/Empresas_com_Reconhecimento_de_Bens_Desenvolvidos_no_Pais.html

II - por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela Suframa, mediante solicitação do licitante.

6.6.1.7 Os procedimentos operacionais estabelecidos nos subitens anteriores serão conduzidos automaticamente pelo sistema eletrônico Compras Governamentais ou, quando não for possível, conduzido pelo Pregoeiro, com a utilização do chat.

6.6.2 Critério de Desempate da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

6.6.2.1 Entendem-se por empate, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, §§ 1º e 2º do art. 44, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, aquelas situações em que as propostas apresentadas por Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP (ME/EPP), sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada durante a etapa de lances das demais empresas.

6.6.2.2 O licitante ME/EPP mais bem classificado no intervalo descrito no subitem anterior será convocado automaticamente pelo Sistema Eletrônico para, querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela classificada com o menor preço ou lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

6.6.2.3 Caso a ME/EPP mais bem classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará as demais ME/EPP participantes, que também estejam em situação de empate estabelecido no subitem **6.6.2.2**, para, nas mesmas condições e, na ordem

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

de classificação, exercitarem o direito retratado no subitem anterior.

6.6.2.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem **6.6.2.1**, será realizado, pelo Sistema, sorteio eletrônico entre elas, definindo e convocando automaticamente o vencedor do sorteio para, querendo, encaminhar melhor oferta, conforme subitens acima. (Redação Inciso III, §4º, art. 5º, Decreto nº 8.538, de 2015).

6.6.2.4.1 Na fase de lances, não se aplica o sorteio disposto no subitem **6.6.2.4**, pois, por sua natureza, o procedimento não admite o empate real; assim, os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes. (Redação §5º, art. 5º, Decreto nº 8.538, de 2015).

6.6.2.5 Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação de fornecedores para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.

6.6.2.6 Sempre que a proposta não for aceita, em face do não cumprimento, pelo licitante, de alguma exigência contida neste edital, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 A comprovação da habilitação jurídica, da regularidade fiscal, trabalhista e da qualificação econômico-financeira poderá ser verificada por meio do Sicaf, nos termos do Decreto nº 3.722, de 2001, do Decreto nº 5.450, de 2005, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 2, de 2010, e/ou por meio da documentação especificada neste Edital. A consulta ao Sicaf poderá ser feita diretamente pelo Pregoeiro, por meio de verificação *on-line* no sistema.

7.1.1 Poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao Sicaf.

7.2 O Pregoeiro verificará a inexistência de registros impeditivos de contratação, mediante consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), da Controladoria Geral da União, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis, ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, conforme determina o Acórdão TCU Plenário nº 1.793, de 2011, prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidao) e Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do Tribunal de Contas da União (TCU), no sítio (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>), conforme Orientação Normativa nº 2, de 6 junho de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP).

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

7.2.1 Será inabilitado o licitante que apresentar registro impeditivo no Sicaf ou em qualquer dos documentos consultados pelo Pregoeiro, relacionados no subitem **7.2**.

7.2.1.1 Registros no Cadin não são impeditivos de contratação quando o licitante estiver regular no Sicaf e possuir todas as qualificações exigidas pelo Edital.

7.3 O licitante classificado com o menor lance que não estiver cadastrado em todos os níveis no Sicaf, ou que esteja com cadastro desatualizado, deverá apresentar os documentos relacionados nos incisos seguintes abaixo listados, durante a sessão pública, em até 2 (duas) horas após a convocação do Pregoeiro, por meio da opção ‘Enviar anexo’ do Sistema Eletrônico do Comprasnet. Havendo algum problema técnico no Sistema o Pregoeiro poderá permitir o envio pelo endereço eletrônico institucional copol.licitacao@receita.fazenda.gov.br.”

7.3.1 Habilitação jurídica:

- I. Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- II. Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- III. No caso de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- IV. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- V. No caso de sociedade cooperativa, ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, bem como o registro de que trata o art. 107, da Lei nº 5.764, de 1971.

7.3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- I. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, conforme Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014, e Portaria PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014, que será efetuada mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União por elas administrados.
- II. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

III. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e a Municipal (ou a Distrital, conforme o caso) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

V. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, com redação conferida pela Lei no 12.440, de 7 de julho de 2011. Essa condição poderá ser consultada pelo Pregoeiro diretamente no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho (www.tst.jus.br/certidão).

7.3.3 Qualificação Econômico-financeira

I. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta, em conformidade com o art. 31 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

II. comprovação da boa situação financeira da empresa, por intermédio de documento que demonstrem o cálculo dos índices contábeis maiores que 1 (um) para Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultante da aplicação das seguintes fórmulas:

LIQUIDEZ GERAL:	
LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SOLVÊNCIA GERAL	
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LIQUIDEZ CORRENTE:	
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

III. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, no caso de recuperação judicial, apresentar certidão emitida pela instância judicial que certifique sua aptidão econômica.

7.3.3.1 O licitante, cadastrado ou não em todos os níveis no Sicafe, que apresentar resultado de índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que a empresa possui patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma dos §§2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666, de 1993, como exigência para sua habilitação, em face do disposto no art. 44 da IN MP/SLTI nº 2, de 2010.

7.3.3.2 Para fins de aceitação do balanço social, disposto no inciso I, do subitem 7.3.3 entende-se por “último exercício social, já exigíveis” aquele descrito no art. 1.078, inciso I, da Lei 10.406/2002 (Código Civil) cujo prazo final para deliberação sobre o balanço patrimonial e o resultado econômico é até 30 (trinta) de abril, com o devido registro. Para pessoas jurídicas que se enquadrem na definição da Instrução Normativa RFB nº 1.420, de 19 de dezembro de 2013, (IN 1.420/2013), quais sejam, que façam uso de escrituração contábil digital (ECD) transmitida via Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a data de aprovação do balanço patrimonial do último exercício será até 30 (trinta) de junho.

7.3.3.3 Os documentos remetidos por meio de endereço eletrônico e/ou anexados via Sistema Compras Governamentais poderão ser solicitados, pelo Pregoeiro, em original ou por cópia autenticada, devendo ser encaminhados, **caso solicitados**, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação, no seguinte endereço: Edifício Anexo do Ministério da Fazenda – Bloco P – Sala 203—Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF, CEP: 70.048-900.

7.4 Qualificação Técnica Operacional

7.4.1 Para o Lote 1 (Licenças):

7.4.1.1 Será considerada habilitada para participar do certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a empresa que apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde fique comprovado que o licitante forneceu ou está fornecendo softwares da fabricante, ou similares, de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do quantitativo de licenças, cuja entrega ocorreu dentro do prazo, contendo informações que permitam estabelecer, por proximidade de características técnicas, comparação entre o objeto desta licitação e aquele fornecido.

7.4.1.2 Será aceito o somatório de atestados.

7.4.2 Para o Lote 2 (Treinamentos):

7.4.2.1 Será considerada habilitada para participar do certame, além das exigências

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

administrativas e legais especificadas no edital, a empresa que apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, onde fique comprovado que o licitante:

- a) executou ou está executando contrato(s) de treinamentos no **Curso Revit Básico** na modalidade **presencial** para, **no mínimo**, 5 alunos; e
- b) executou ou está executando contrato(s) de **treinamentos** na modalidade **à distância** mediante navegadores de internet para, **no mínimo**, 10 alunos.

Da Continuidade da Sessão Eletrônica

7.5 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

7.6 Os documentos remetidos por meio de endereço eletrônico e/ou anexados via Sistema Compras Governamentais poderão ser solicitados, pelo Pregoeiro, em original ou por cópia autenticada, devendo ser encaminhados, **caso solicitados**, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação, no seguinte endereço: Edifício Anexo do Ministério da Fazenda – Bloco P – Sala 203—Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF, CEP: 70.048-900.

7.7 As ME e EPP que se beneficiarem do regime diferenciado e favorecido concedido pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e ainda as Cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do artigo 3º dessa mesma Lei Complementar, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, inclusive para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente alguma restrição.

7.8 A comprovação de poderes de representação dar-se-á sob uma das formas discriminadas abaixo em que a licitante se enquadre:

7.8.1 quando for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida diretamente por órgão integrante da estrutura organizacional da pessoa jurídica (Diretor, Gerente, etc.): documentos que comprovem a existência de poderes de representação do titular do cargo (atos constitutivos da pessoa jurídica – Estatutos Sociais ou Contrato Social devidamente registrados), acompanhados de documentos que comprovem a eleição do credenciando para o dito cargo (Ata de Assembleia Geral e, quando for o caso, também, Ata do Conselho de Administração, em que tenha(m) ocorrido a(s) eleição(ões) a serem comprovada(s));

7.8.2 quando for constituída sob a forma de sociedade e sua representação estiver sendo exercida de forma indireta, por procurador constituído: os mesmos documentos arrolados no subitem **7.8.1**, neste caso relativamente à pessoa que representar o licitante na procuração, acompanhados do instrumento de procuração, na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

7.8.3 quando for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida diretamente pelo titular da firma individual: declaração de empresário individual devidamente registrada;

7.8.4 quando for constituída sob a forma de empresário individual e sua representação estiver sendo exercida, de forma indireta, por procurador constituído: o mesmo documento referido no subitem **7.8.3** acompanhado da procuração na qual sejam outorgados poderes suficientes para representação em licitação; e

7.8.5 nas hipóteses em que o representante da empresa licitante for procurador e sua constituição tiver sido formalizada por meio de instrumento particular de procuração, a firma do outorgante deverá estar reconhecida por tabelião.

7.9 Toda a documentação necessária à participação na presente licitação, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

7.10 Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório e apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados, mediante reconhecimento da assinatura do tabelião ou notário do país de origem que tiver reconhecida a assinatura do emitente de tais documentos, exceto quando prevista a dispensa em tratados ou acordos internacionais, além de serem traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

7.10.1 Quanto a legalização consular prevista no subitem acima, somente será exigível em relação a documentos públicos estrangeiros ou particulares estrangeiros que ostentem chancela, reconhecimento de firma, autenticação ou qualquer outro ato público congênere nele praticado por autoridade estrangeira.

7.11 A Administração reserva-se o direito de, julgando necessário, proceder diligências para esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer documentos apresentados.

8. DO ENVIO, JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DO DETENTOR DO MELHOR LANCE

8.1 Encerrada a etapa de lances e após a aplicação dos direitos de preferência, o Pregoeiro encaminhará, via chat, contraposta ao licitante detentor da proposta de menor valor de cada item, visando obter melhor proposta, observando o critério de julgamento e em conformidade com as condições estipuladas no Edital.

8.2 Concluída a negociação, o Pregoeiro solicitará, via *chat*, ao licitante detentor da proposta de melhor valor, o envio da proposta de preços, readequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, juntamente a documentação de habilitação, exigida no item **7** deste Edital.

8.2.1 A proposta e a documentação exigida deverão ser anexadas ao Sistema Eletrônico por meio da opção “Enviar anexo” no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da convocação do Pregoeiro. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, por solicitação fundamentada do licitante. Caso haja algum problema no envio pelo sistema, a

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

proposta e a documentação poderão ser enviadas para o endereço eletrônico institucional copol.licitacao@receita.fazenda.gov.br.

8.2.2 Os documentos remetidos por meio de endereço eletrônico e/ou anexados via Sistema Compras Governamentais poderão ser solicitados, pelo Pregoeiro, em original ou por cópia autenticada, devendo ser encaminhados, **caso solicitados**, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação, no seguinte endereço: Edifício Anexo do Ministério da Fazenda – Bloco P – Sala 203—Esplanada dos Ministérios – Brasília/DF, CEP: 70.048-900.

8.2.3 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificado e sujeitar-se-à às sanções previstas no Edital e seus anexos.

8.3 A proposta de preços deverá conter, dentre outras, as seguintes informações:

- a) descrição completa da pessoa jurídica, tais como: nome, endereço e CNPJ (que deverá ser o mesmo que participou do certame);
- b) prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
- c) especificação completa do objeto, em observância às exigências contidas no Anexo I deste Edital;
- d) *e-mail*, telefone e fax para realização de contatos durante o período de vigência contratual;
- e) valor unitário e total ofertado, por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$); e
- f) nome do Banco, código da Agência Bancária e o número da conta-corrente da empresa para efeito de pagamento.

8.3.1 No caso de alguma falha ou inconsistência no preenchimento da proposta, o Pregoeiro poderá solicitar ao licitante, via mensagem enviada pelo sistema, que complemente, refaça ou efetue a correção necessária, desde que não haja majoração do preço ofertado, no novo prazo estabelecido na própria mensagem, sob pena de desclassificação.

8.4 O licitante que apresentar o menor preço deverá informar, nas especificações técnicas pormenorizadas, a marca, o modelo e o fabricante do equipamento, disponibilizando em site e entregando em mídia, os prospectos e catálogos dos equipamentos ofertados. Não será aceito a simples cópia da especificação geral do edital. O licitante também deverá ainda explicitar claramente a sua especificação e caso não o faça terá sua proposta desclassificada.

8.5 O julgamento das propostas obedecerá ao critério do **Menor Preço por Lote**, especificado no Anexo I deste Edital.

8.6 **Serão recusadas as propostas que:**

- a) contenham vícios ou ilegalidades;
- b) não apresentem as especificações exigidas no Anexo I deste Edital;
- c) apresentem valor superior ao valor estimado pela RFB; e
- d) apresentem valores que sejam, manifestamente, considerados inexequíveis.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

8.7 Havendo necessidade de analisar minuciosamente a documentação apresentada, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando via *chat* a nova data e horário para sua continuidade.

8.7.1 Se, após análise à documentação enviada, a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, após ser realizado novo procedimento de desempate, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificará a sua aceitabilidade e procederá à aceitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.7.1.1 Antes da aceitação, será(ão) realizado(s) novo(s) procedimento(s) de desempate, como previstos no subitem **6.6** deste Edital, se for o caso.

8.7.1.2 Ocorrendo a situação a que se refere o subitem **8.7.1**, o Pregoeiro poderá encaminhar, via Sistema Eletrônico, contraproposta ao licitante, que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtido melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

8.7.1.3 Os licitantes convocados pelo sistema Compras Governamentais em razão da inaceitabilidade da proposta ou lance de menor valor, nos termos do subitem **8.7.1** deverão cumprir o prazo estipulado no subitem **7.3**.

9. DA AMOSTRA

9.1 Não se aplica ao objeto deste procedimento licitatório.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Efetuados os procedimentos previstos nos itens anteriores deste Edital, e sendo aceitável a proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro procederá, de imediato, à verificação do atendimento das condições de habilitação do licitante, sendo que em caso positivo o declarará habilitado.

10.2 A habilitação ficará sujeita à condição resolutiva expressa, consistente no encaminhamento, pelo licitante declarado vencedor, no prazo de 2 (dois) dias úteis da solicitação, dos documentos exigidos para habilitação no item 7 deste Edital, em original ou em cópia autenticada.

10.3 Caso o licitante ME/EPP/COOP apresente restrições na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização da documentação, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.3.1 Se requerida pelo licitante, a prorrogação do prazo referido no subitem **10.3** deverá ser concedida, ressalvada decisão motivada que afaste a aludida benesse em razão da urgência da contratação.

10.3.1.1 O Pregoeiro informará que suspenderá a sessão para aguardar o prazo concedido

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

para regularização da documentação e a nova data e hora da reabertura da sessão.

10.3.2 Durante o prazo referido no subitem **10.3.1** não poderá ser exigida pela Administração a assinatura do Termo de Contrato, ou aceitação ou retirada do instrumento equivalente.

10.3.3 Reaberta a sessão sem que haja possibilidade de concessão de prorrogação de prazo para regularização dos documentos, o Pregoeiro informará sobre a regularidade ou não dos documentos, confirmando a habilitação ou inabilitando-o no Sistema Eletrônico com as devidas justificativas.

10.3.4 A não-regularização da situação fiscal no prazo e nas condições disciplinadas nos subitens **10.3** e **10.3.1**, se for o caso, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, realizando-se novo procedimento de desempate, ou revogar a licitação.

10.4 Confirmada a regularidade dos documentos do licitante, este será declarado vencedor pelo pregoeiro, que imediatamente oportunizará a possibilidade de interposição de recurso.

10.4.1 Na hipótese de inexistência de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor, com posterior encaminhamento dos autos ao Coordenador-Geral de Programação e Logística para homologação do certame.

10.4.2 Na hipótese de existência de recurso e aceitação da intenção pelo Pregoeiro, os autos serão encaminhados ao Coordenador-Geral de Programação e Logística para julgamento e, em caso de improvimento, adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação do certame.

10.5 Todas as informações relativas à sessão pública do Pregão constarão nas atas de lances, adjudicação e homologação e são publicadas no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no inciso XII e § 3º do artigo 30 do Decreto nº 5.450, de 2005, e na legislação pertinente.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 Declarado o vencedor e, se for caso, decorrido o prazo previsto no subitem **10.3**, o Pregoeiro anunciará formalmente a abertura da fase recursal, abrindo prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá manifestar a intenção de interpor recurso, imediata e motivadamente, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, exclusivamente pelo Sistema Eletrônico, em campo próprio, com registro em ata da síntese das suas razões.

11.1.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer, importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

11.1.2 Havendo manifestação, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e existência de motivação da intenção de recorrer para decidir, de forma fundamentada, pela

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

admissão do recurso e sendo acolhida a intenção de interpor recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias para registro das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, registrarem as contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, que começarão a contar ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.1.2.1 O registro dos recursos e das contrarrazões somente serão possíveis por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Eletrônico Compras Governamentais, conforme estabelece o art. 26 do Decreto nº 5.450, de 2005.

11.2 O acolhimento de recurso invalida tão-somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3 Os autos do processo permanecerão na Divisão de Licitações, localizada no Edifício Anexo do Ministério da Fazenda - Bloco P - Sala 203 – Esplanada dos Ministérios – Brasília-DF – CEP: 70.048-900, com vista franqueada a todos os interessados.

11.4 Não serão conhecidas as contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.

11.5 Julgado(s) improvido(s) o(s) recurso(s) e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Coordenador-Geral de Programação e Logística da RFB fará a adjudicação do objeto licitado ao licitante declarado vencedor e homologará o procedimento licitatório.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 Inexistindo recursos, o objeto do certame será, desde logo, adjudicado pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

12.2 A adjudicação dos itens do certame será realizada pela autoridade competente, no caso de existirem recursos, após a regular decisão sobre estes.

12.3 Após a adjudicação, sendo constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a licitação.

12.4 Todas as informações relativas à sessão pública do Pregão constarão nas atas de lances, adjudicação e homologação publicadas no Sistema Compras Governamentais, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas no art. 30 do Decreto nº 5.450, de 2005, e na legislação pertinente.

13. DA CONTRATAÇÃO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1 A aquisição do objeto desta licitação será formalizada por meio de instrumento de Contrato, a ser celebrado entre a União, por intermédio da RFB, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o licitante vencedor, doravante denominada **CONTRATADA**, e observará os termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

MP/SLTI nº 4, de 11 de setembro de 2014, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 2, de 30 de abril de 2008, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, da Instrução Normativa MP/SLTI nº 2, de 11 de outubro de 2010, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e seus anexos, cuja minuta foi submetida a exame prévio e aprovação da PGFN, “ex-vi” o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666, de 1993, que lhe é outorgada pelo inciso IV do art. 12 da Lei Complementar nº 73, de 1993, e demais normas pertinentes.

13.2 O adjudicatário do item será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, celebrar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital

13.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.2.2 Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3 Se o adjudicatário não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido, ou se recusar injustificadamente a assiná-lo, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e as demais cominações legais.

13.4 Antes da assinatura do Contrato será verificada pelo **CONTRATANTE**, por meio de consulta *on-line* ao Sicaf, a comprovação da regularidade do cadastramento e habilitação do adjudicatário, bem como, será procedida consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), de que trata a Portaria MCT nº 516, de 2010, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis; ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.jus.br/certidao, as quais serão juntadas ao processo administrativo e Cadastro de Inidôneos e Cadastro de Inabilitados do Tribunal de Contas da União (TCU), no sítio (<http://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneas/>), conforme Orientação Normativa nº 2, de 6 junho de 2016, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP)

13.5 Caso o licitante vencedor não esteja cadastrado no SICAF, o cadastramento será feito pela Administração, sem ônus para o licitante, antes da contratação, com base no reexame da documentação apresentada para habilitação, devidamente atualizada, de conformidade com o Decreto nº 3.722, de 2001, com redação dada pelo Decreto nº 4.485, de 2002

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

13.5.1 Em caso de constatação de registro, que impossibilite a contratação, em qualquer dos Sistemas citados no subitem **13.4**, a contratação não poderá ser formalizada, acarretando a inabilitação do licitante, podendo a Administração utilizar a faculdade já prevista no subitem **13.3** deste Edital, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.5.2 A presença de registros no Cadin não é impeditiva à celebração de contratos e aditamentos, quando a **CONTRATADA** estiver regular no Sicaf e possuir todas as qualificações exigidas pelo Edital.

13.6 O Contrato terá como termo inicial de vigência a data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses para o Lote 1 (Licenças), sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante a partir do recebimento definitivo, e 24 (vinte e quatro) meses para o Lote 2 (Treinamentos).

13.7 O término da vigência do Contrato não exonera a **CONTRATADA** de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica da garantia estando sujeita, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida, mesmo depois de expirada a vigência do Contrato, às penalidades previstas neste Edital, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e penal.

13.8 A **CONTRATADA** deverá, durante a vigência do Contrato, informar ao **CONTRATANTE** todas as vezes em que for lançada uma nova versão de *software* ou *firmware*, integrante da solução fornecida, propondo data para atualização dos mesmos, para aprovação do **CONTRATANTE**.

14. DA GARANTIA DO CONTRATO

14.1 A Administração dispensará a apresentação de garantia de execução contratual, de acordo com o previsto no art. 56 da Lei no 8.666, de 1993.

15. DO PREÇO

15.1 O objeto do presente procedimento licitatório será fornecido pelo preço proposto.

15.2 O valor estimado desta licitação está disponível no Anexo I-B deste Edital.

16. DO REAJUSTE

16.1 O objeto do presente procedimento licitatório será fornecido pelo preço proposto e será fixo e irrevogável.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 A Dotação Orçamentária está prevista na minuta de Termo de Contrato, anexo a este Edital.

18. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 A sistemática de entrega e de recebimento encontra-se disciplinada no Anexo I do

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

deste Edital.

19. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.1 A sistemática de fiscalização do Contrato encontra-se disciplinada na minuta do Termo de Contrato, anexo a este Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1 As obrigações das partes encontram-se disciplinadas na minuta do Termo de Contrato, anexo a este Edital.

21. DO PAGAMENTO

21.1 A sistemática de pagamento consta disciplinada na minuta do Termo de Contrato, anexo a este Edital.

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 Constituem infrações administrativas, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 5.450, de 2005 e, o licitante/ adjudicatário que, **no decorrer da licitação**:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	atrasar a entrega dos documentos exigidos no certame;	1
2	ensejar o retardamento da execução do certame;	2
3	desistir de enviar a documentação exigida e/ou a proposta de preços ofertada após a abertura da sessão pública	3
4	não regularizar a restrição na comprovação da regularidade fiscal, de que trata o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, se for o caso;	3
5	não manter a sua proposta dentro do prazo de sua validade e/ou não celebrar o contrato após a homologação do certame	4
6	cometer fraude no procedimento licitatório, ou cometer fraude fiscal	5
7	cometer atos ilegais visando frustrar os objetivos da licitação ou a conclusão do objeto, ou comportar-se de modo inidôneo	5
8	apresentar declaração, documentação ou informação falsa, bem como, adulterá-los	5

22.2 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

GRAU	MULTA COMPENSATÓRIA	PRAZO DE
------	---------------------	----------

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

		IMPEDIMENTO (*)
1	0,5% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta	Não
2	1% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta	Não
3	2% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta	De 6 meses a 1 ano
4	3% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta	De 1 ano a 2 anos
5	5% por ocorrência sobre o valor estimado da proposta	de 2 anos até 5 anos

* “Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e das demais cominações legais.”- art. 7º, *caput*, da Lei n.º 10.520, de 2002.

22.3 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas nos subitens anteriores realizar-se-á mediante processo administrativo, que assegurará ao licitante o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.4 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará, em consideração, a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

22.5 As multas aplicadas deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo Órgão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação que será enviada pela autoridade competente.

22.5.1 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor correspondente à(s) multa(s) aplicada(s) ou, sendo esses insuficientes, será(ão) ela(s) encaminhada(s) para inscrição em Dívida Ativa da União e cobrada(s) judicialmente.

22.6 As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sicaf e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, o licitante será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

22.6.1 As sanções também serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), instituído pela Portaria MCT nº 516, de 2010, quando cabível.

22.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

22.8 As infrações administrativas, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, que poderão ocorrer no decorrer da contratação estão previstas na minuta de Termo de Contrato – Anexo II e III deste Edital.

23. DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO CONTRATUAL
--

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

23.1 A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, caracterizada por uma das ocorrências prescritas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, observando o princípio da isonomia, da finalidade e da segurança da contratação.

24.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e da validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3 A adjudicação do objeto ao licitante vencedor e a homologação do resultado desta licitação não implicarão direito à contratação.

24.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Coordenação-Geral de Programação e Logística da RFB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Coordenação-Geral de Programação e Logística da RFB.

24.6 O desatendimento a exigências formais não essenciais não implicará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato e que não fique comprometido o interesse do órgão promotor do certame, bem como a finalidade e a segurança da futura contratação, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.7 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.8 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

24.9 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 2002, no Decreto nº 5.450, de 2005 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666, de 1993.

24.10 Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente a Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

24.11 Fazem parte integrante deste Edital:

- o ANEXO I – Termo de Referência;
 - ANEXO I-A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TI
 - ANEXO I-B – ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, QUANTIDADES

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

E LOCAIS DE ENTREGA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS E TREINAMENTO

- ANEXO I-C – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO
- ANEXO I-D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA APOSTILA E PROJETO MODELO
- ANEXO I-E – TERMO DE CIÊNCIA
- ANEXO I-F – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO
- ANEXO I-G – ORDEM DE SERVIÇO
- ANEXO II – MINUTA DO TERMO DO CONTRATO (Licenças)
- ANEXO III – MINUTA DO TERMO DO CONTRATO (Treinamentos)

Brasília/DF, 23 de agosto de 2017.

Divisão de Licitações
Coordenação-Geral de Programação e Logística

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-Building Information Modeling), incluindo suporte básico e treinamentos nos sistemas.

1.2. Este Termo de Referência segue estritamente a Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 11 de setembro de 2014.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATATAÇÃO

A Secretaria Receita Federal do Brasil (RFB) possui como um dos objetivos estratégicos viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia. Para impactar esse objetivo a RFB estabelece anualmente seu plano de obras e serviços de engenharia – conhecido como Plano de Engenharia - que prevê a realização de diversas intervenções de engenharia como construções, reformas, ampliações, adaptações, etc.

A fim de possibilitar melhorias na condução dos diversos empreendimentos do Plano de Engenharia da RFB, é necessário fornecer aos servidores, que atuam no Processo Gerir Imóveis e Obras, ferramentas de elaboração de projetos de engenharia necessários aos estudos preliminares, anteprojetos, projetos básicos, projetos complementares (executivos), as-built, todos indispensáveis à boa prática e ao atendimento das imposições legais relacionadas à contratação e fiscalização de obras públicas. Nesse contexto, cabe destacar a Modelagem da Informação da Construção, conhecida como Building Information Modeling (BIM).

O desenvolvimento de projetos em BIM traz vantagens como a melhora da visualização espacial do que está sendo concebido mediante visualização da edificação em três dimensões em conjunto com informações de seus componentes. Com a metodologia BIM, um projeto de engenharia, demandante do conhecimento de muitos profissionais e tecnologias, pode ser gerenciado com maior facilidade, visto que facilita o processo colaborativo entre os responsáveis por sua elaboração.

A RFB possui licenças do *Autodesk® Revit® Architecture* (sistemas com BIM), porém é necessário a aquisição de maior número de licenças do software com a aplicação da metodologia BIM. Além da aquisição da referida solução, é fundamental que a contratação seja simultânea à oferta de treinamentos e suporte técnico de forma a garantir o seu uso e a disponibilidade.

2.1. Alinhamento estratégico

Em consonância com o art. 4º da IN SLTI/MPOG nº 4, de 11 de setembro de 2014, a referida contratação encontra-se alinhada ao PDTI da RFB, o qual lista as ações e os projetos mais representativos para o planejamento e a caracterização da dimensão das soluções e dos investimentos de TI requeridos para viabilizar o funcionamento da Instituição e sua

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

integração com outros órgãos.

De acordo com o PDTI, faz parte dos objetivos estratégicos da RFB:

Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia.

O projeto de aquisição de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-*Building Information Modeling*) encontra-se alinhado às diretrizes da área de TI estabelecidas no PDTI 2012-2015 – prorrogado pela Portaria nº 1754 de 27 de dezembro de 2016 até a data de 31 de março de 2017 com o objetivo de viabilizar o cumprimento da missão institucional da RFB, apresentadas na tabela 01 abaixo:

Tabela 01: Objetivos e Iniciativas do PDTI 2012-2015 da Receita Federal do Brasil.

Id	OBJETIVO ESTRATÉGICO DO REQUISITANTE	Id	INICIATIVAS ELENCADAS NO PDTI
1	Viabilizar recursos e otimizar sua aplicação para suprir as necessidades de infraestrutura e tecnologia	M7	Estruturar e implantar Política de atualização permanente do parque tecnológico
		M14	Manter ambiente informatizado e sistemas em produção, sejam do legado ou novos

A fim de acompanhamento dos projetos estratégicos da Receita Federal, vale lembrar que esta aquisição está enquadrada na Iniciativa Estratégica: *Plano de Engenharia*.

2.2. Resultados a serem alcançados

2.2.1. São benefícios a serem alcançados com a presente contratação:

- Aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização e elaboração de projetos de engenharia mediante a incorporação da metodologia *Building Information Modeling* (BIM).
- Aperfeiçoamento dos procedimentos de fiscalização de obras de engenharia mediante a incorporação da metodologia BIM.
- Aumento da qualidade dos projetos de engenharia contratados pela RFB pela exigência de entregas de projetos utilizando a metodologia BIM.
- Melhoria da infraestrutura de sistemas necessária ao processo de trabalho Gerir Imóveis e Obras proporcionando à administração e seus quadros de servidores a utilização de metodologias que incorporam tendências mais modernas com resultados comprovados em outros países.
- Aumento da oferta de conhecimentos necessários ao aperfeiçoamento dos servidores através de treinamentos para a operação das ferramentas em BIM.
- Otimização dos recursos investidos em obras e serviços de engenharia através do aumento da qualidade dos projetos com reflexos positivos nas obras públicas.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- Aumento da qualidade dos registros de informações de projetos necessárias a perfeita execução de obras e serviços de engenharia com reflexos positivos na execução de obras públicas.
- Criação de meios necessários ao desenvolvimento de processos de manutenção das edificações mediante maior qualidade do registro de informações dos materiais e equipamentos utilizados na construção da edificação e na manutenção durante sua vida útil (COBIE – *construction operations building information exchange*).
- Adoção de novas tendências de mercado.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TI**3.1. Descrição**

3.1.1. Aquisição da Coleção de softwares Architecture, engineering, construction (Revit 2017, NavisWorks Manage 2017, AutoCad Civil 3D, InfraWorks 360 2017) mediante contrato de fornecimento de licenças (assinaturas), com suporte básico e funcionamento em rede, para o período de 3 anos e treinamentos na modalidade presencial e EAD (ensino a distância) a serem realizados em um período de 2 anos.

3.2. Lotes

3.2.1. A aquisição em dois lotes (um lote para as licenças e outro para treinamentos) reflete a realidade do mercado nacional no qual existem fornecedores que ofertam licenças e treinamentos e outros fornecedores que oferecem somente as licenças ou treinamentos.

3.2.2. Lote 1 - Licenças

Tabela 01: softwares que compõem a solução

Item	Descrição da licença (assinatura) / tipo funcionamento / tipo suporte / período de assinatura	Unidade	Quantidade
1.1	Coleção: <i>Architecture, engineering, construction</i> (Revit 2017*, NavisWorks Manage 2017*, AutoCad Civil 3D*, InfraWorks 360 2017* e AutoCad 2017*), rede, com suporte básico, 3 anos	un	16
*ou versão mais atual			

3.2.3. A aquisição dos treinamentos em lote viabiliza a especificação técnica que preconiza a integração de todos os treinamentos.

3.2.4. Lote 2 - Treinamentos

Tabela 02: treinamentos que compõem a solução

Item	Descrição	Carga horária (h)	Modalidade	Número de turmas	Número de alunos por turma
2.1	Revit 2017 - Básico	40	Presencial	8	10
2.2	Revit 2017 - Estrutura	12-15	EAD	4	20
2.3	NavisWorks 2017	20	Presencial	8	10

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

2.4	Revit MEP 2017 - Hidro-Sanitário e incêndio	12-15	EAD	4	20
2.5	Revit 2017 - Avançado	35-40	EAD	4	20
2.6	Revit MEP 2017 – Elétrico e mecânico	12-15	EAD	4	20
2.7	AutoCad Civil 3D 2017 e InfraWorks 360 2017	35-40	EAD	4	20
*ou versão mais atual					

3.2.5. Estimativa preliminar da demanda - Licenças

Tabela 03: Estimativa preliminar da demanda de licenças.

Item	Descrição	Unidade	4T-2017 /	1T-2018 /	2T-2018/	3T-2018/
1.1	Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017, NavisWorks Manage 2017, AutoCad Civil 3D 2017, InfraWorks 360 2017 e AutoCad 2017), rede, com suporte, 3 anos	UN	8	4	4	-

3.2.6. Estimativa preliminar de demanda - Treinamentos

Tabela 04: Estimativa preliminar da demanda de treinamentos.

Item	Descrição	Modalidade	4T-2017 / nº de turmas	1T-2018 / nº de turmas	2T-2018/ nº de turmas	3T-2018/ nº de turmas	4T-2018/ nº de turmas	1T-2019/ nº de turmas	2T-2019/ nº de turmas
2.1	Revit 2017 - Básico	Presencial	4	-	-	4	-	-	-
2.2	Revit 2017 - Estrutura	EAD	2	-	-	2	-	-	-
2.3	NavisWorks 2017	Presencial	-	4	-	-	4	-	-
2.4	Revit MEP 2017 - Hidro-Sanitário e incêndio	EAD	-	2	-	-	2	-	-
2.5	Revit 2017 - Avançado	EAD	-	-	2	-	-	2	-
2.6	Revit MEP 2017 – Elétrico e mecânico	EAD	-	-	2	-	-	2	-
2.7	AutoCad Civil 3D 2017 e InfraWorks 360 2017	EAD	-	-	-	2	-	-	2-

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA****4.1. Considerações gerais**

4.1.1. As descrições das licenças e treinamentos, seus respectivos cronogramas e especificações encontram-se no Anexo I - A.

4.2. Detalhamento da especificação técnica

4.2.1. Os detalhamentos das especificações dos itens deste Termo de Referência figuram no Anexo I - A - Especificações Técnicas da Solução de TI

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

5.2. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral das obrigações assumidas;

5.3. Nomear servidores que integrarão a Equipe de Gestão do Contrato nos termos do art. 30 da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 04/2014, composta por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo;

5.4. Promover reunião inicial entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para alinhamento das expectativas;

5.5. Proporcionar todos os meios necessários para a CONTRATADA executar a prestação dos serviços objeto do Contrato, permitindo o acesso dos profissionais da CONTRATADA às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da CONTRATANTE, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes a identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

5.6. Fornecer à CONTRATADA as informações necessárias para a plena execução do contrato;

5.7. Detectar eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA, solicitando imediata interrupção, se for o caso;

5.8. Receber e avaliar os objetos entregues pela CONTRATADA;

5.9. Receber o objeto entregue fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.10. Recusar o objeto entregue em desacordo com o contrato;

5.11. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) /Fatura(s) e efetuar os pagamentos pertinentes à CONTRATADA;

5.12. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

5.13. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;

5.14. Solicitar a troca dos objetos que não atenderem às especificações do objeto

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

contratado;

5.15. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores e ao meio ambiente;

5.16. Informar à CONTRATADA, dentro do período de garantia, os novos locais em que se encontra o objeto, caso ocorra seu remanejamento para outras unidades da CONTRATANTE não informadas neste Termo de Referência e seus anexos;

5.17. Proporcionar os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais; e

5.18. Realizar, no momento da licitação, quando houver necessidade e a critério da RFB, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.1. Apresentar, na assinatura do contrato, declaração do fabricante da solução, afirmando que a licitante está apta a comercializar os seus produtos e que os produtos cotados possuem garantia no Brasil como condição para assinatura do contrato.

6.2. Manter-se, durante toda a Execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

6.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela contratante, obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes;

6.4. Executar o objeto contratado conforme as condições estipuladas neste Termo de Referência e seus Anexos, na Proposta e no Contrato;

6.5. Indicar formalmente, em 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, preposto e substituto aptos a representá-la junto a CONTRATANTE, os quais devem responder pela fiel Execução dos serviços contratados, orientar a Equipe da CONTRATADA, bem como comparecer às dependências da CONTRATANTE sempre que convocados;

6.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato;

6.7. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe da RFB que fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;

6.8. Manter os seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE;

6.9. Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional que não atenda às necessidades inerentes à execução dos serviços contratados;

6.10. Atender às solicitações dos membros da Equipe de Gestão do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou à gestão dos serviços;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 6.11. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do Contrato, bem como qualquer ocorrência relevante à execução contratual;
- 6.12. Efetuar de imediato o afastamento do atendimento à CONTRATANTE de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam inadequados à execução do Contrato;
- 6.13. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à execução da mesma;
- 6.14. Responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à entrega do objeto contratado;
- 6.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 6.16. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;
- 6.17. Observar todas as normas de segurança adotadas pela CONTRATANTE, inclusive no que diz respeito às normas referentes ao ambiente informatizado;
- 6.18. Fornecer à Contratante, sempre que requerido formalmente, acesso aos equipamentos e sistemas necessários ao atendimento do objeto do Contrato, para averiguação da conformidade dos serviços contratados;
- 6.19. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 6.20. Cumprir as disposições do Termo de Compromisso e do Termo de Ciência;.
- 6.21. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive de transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega do objeto contratado, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no termo de referência e seus anexos;
- 6.22. Assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações e sistemas informatizados, inclusive de todas as suas alterações, manuais, programas-fonte e objeto, bases de dados, fitas e discos magnéticos ou outros recursos, pertencentes à CONTRATANTE, armazenados ou residentes na CONTRATADA;
- 6.23. Registrar, tempestivamente, mediante relatório circunstanciado, todos os casos que a eximam de responsabilidade (negligência, mau uso, instalações e outros);
- 6.24. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 6.25. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do Contrato, conforme especificação;
- 6.26. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras e serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- 6.27. Apresentar fatura no valor autorizado e condições do Contrato, apresentando-a à CONTRATANTE para ateste e pagamento após a autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato;
- 6.28. Atender as determinações do Gestor do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou gestão dos serviços;
- 6.29. Executar as especificações de garantia de funcionamento definidas neste Termo de Referência;
- 6.30. Fornecer para a CONTRATANTE documentação oficial que comprove que a titularidade das licenças fornecidas pertence à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- 6.31. Registrar todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE para acompanhamento e controle da execução dos serviços;
- 6.32. Sem prejuízo das exigências do Termo de Referência e demais condições editalícias futuras, obriga-se a contratada a cumprir todas as disposições decorrentes da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- 6.33. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança, de funcionalidades e releases referentes aos softwares cujas licenças foram adquiridas, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante, mesmo após o término da vigência do Contrato, num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da atualização ou releases;
- 6.34. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, novas versões dos softwares cujas licenças foram adquiridas, num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do lançamento da nova versão no Brasil;
- 6.35. A CONTRATADA não poderá divulgar projetos, serviços e soluções de TI da RFB, nem falar em nome da RFB em nenhum tipo de mídia sem prévia autorização da RFB; e
- 6.36. Não disponibilizar qualquer informação de propriedade da RFB, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a anuência expressa da RFB.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1. Condições de recebimento

7.1.1. Do Recebimento Provisório Das Licenças

7.1.1.1. Após a Reunião Inicial, o Fiscal Técnico solicitará ao Gestor do Contrato que emita a Ordem de Serviço - OS (conforme o modelo no Anexo I-G), autorizando formalmente a CONTRATADA a iniciar a atividade de entrega do objeto na localidade especificada neste Termo de Referência;

7.1.1.2. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de emissão da OS a Contratada deverá entregar o objeto nas quantidades e endereço neste Termo de

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Referência, notificando o Gestor do Contrato e o Fiscal Requisitante;

7.1.1.3. No local de entrega, o Fiscal Técnico fará o recebimento do objeto, limitando-se a verificar a sua conformidade (quantitativo). Em caso de conformidade, o Fiscal Técnico fará constar no canhoto e no verso do documento de entrega (ou equivalente impresso da plataforma virtual por se tratarem de licenças virtuais), a data de entrega do objeto;

7.1.1.4. Em caso de não conformidade do objeto entregue, o Fiscal Técnico não fará o recebimento e discriminará, mediante termo circunstanciado, em (2) duas vias, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos ao Gestor do Contrato, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis;

7.1.1.5. De posse do documento de entrega (ou equivalente impresso da plataforma virtual por se tratarem de licenças virtuais) o Fiscal Técnico atestará o recebimento provisório do objeto contratado mediante a emissão de Termo de Recebimento Provisório, circunstanciado, em 2 (duas) vias, que será assinado por ele, e por representante da Contratada, que receberá uma via do referido termo. A outra via deverá ser encaminhada pelo fiscal técnico ao Gestor do Contrato;

7.1.2. Do Recebimento Definitivo das Licenças

7.1.2.1. Consistirá na verificação da efetiva conclusão da implantação como especificado e no recebimento das licenças efetivamente instaladas.

7.1.2.2. A avaliação de qualidade da solução recebida provisoriamente será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de emissão do TRP. Em caso de conformidade do objeto com aquele contratado, relativamente a especificações e funcionamento, o Fiscal Técnico e o Fiscal Requisitante emitirão um Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ), atestando que o objeto possui a qualidade prevista neste Termo de Referência, e o encaminhará ao Gestor do Contrato;

7.1.2.3. Em caso de não conformidade, o Fiscal Técnico e o Fiscal Requisitante discriminarão, mediante termo circunstanciado, em duas vias, as irregularidades encontradas e providenciará a imediata comunicação dos fatos à Copol/RFB e ao Gestor do Contrato, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis;

7.1.2.4. No prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da emissão do TAQ, o Gestor do Contrato elaborará o Termo de Recebimento Definitivo, circunstanciado, em 2 (duas) vias, que deverá ser assinado por ele e pelo Fiscal Requisitante;

7.1.2.5. De posse do Termo de Recebimento Definitivo, o Gestor do Contrato autorizará a contratada a emitir a nota fiscal/fatura;

7.1.2.6. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas nos recebimentos provisório e definitivo, submetendo a etapa impugnada a nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução do saneamento necessário, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis;

7.1.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito desempenho do objeto contratado, cabendo-lhe sanar quaisquer

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

irregularidades detectadas durante o prazo de garantia;

7.1.3. Fluxograma de Prazos em Situações de Conformidade

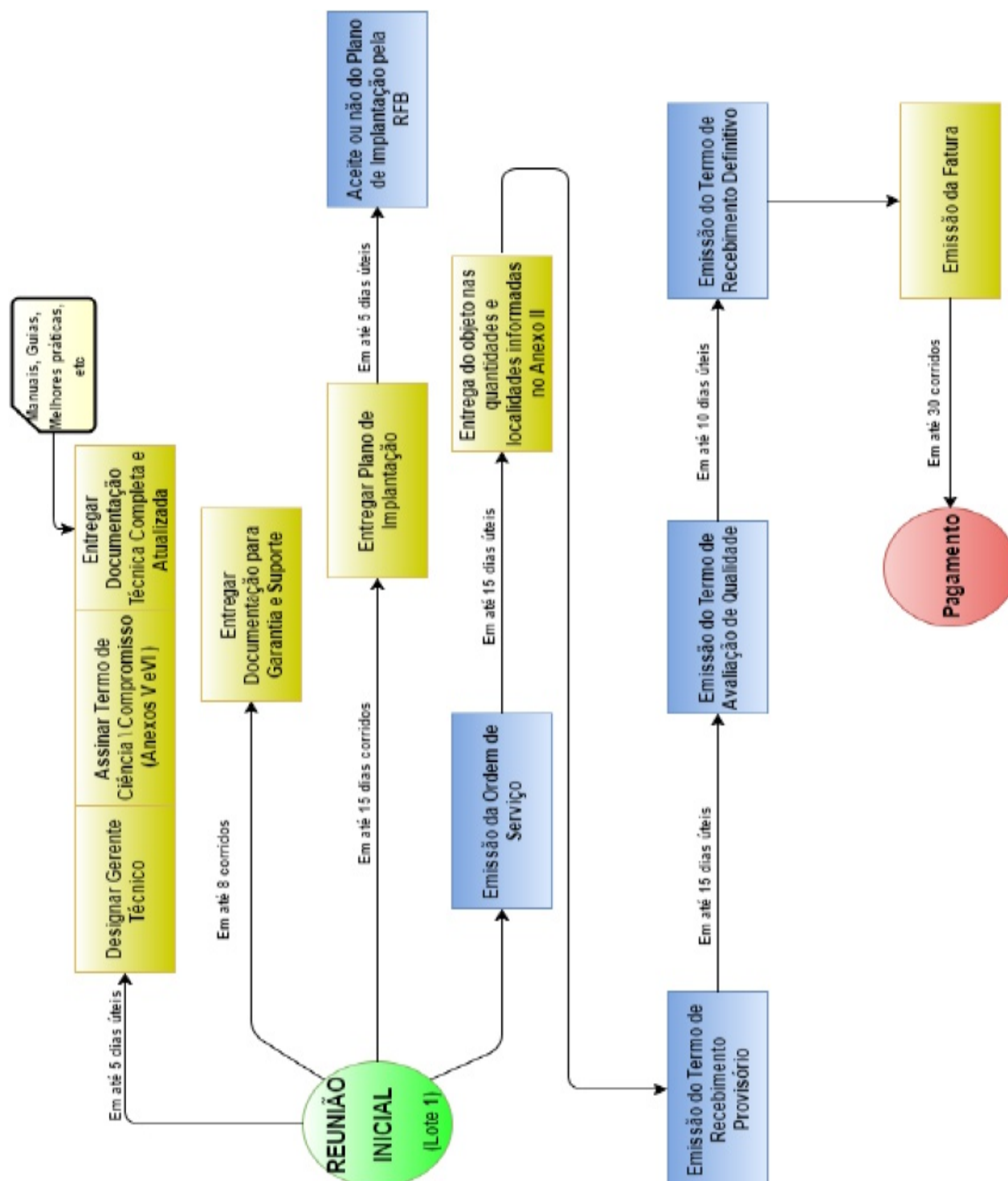


Figura 01 Fluxograma de prazos em situações de conformidade a partir da Reunião Inicial (Lote 1).

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

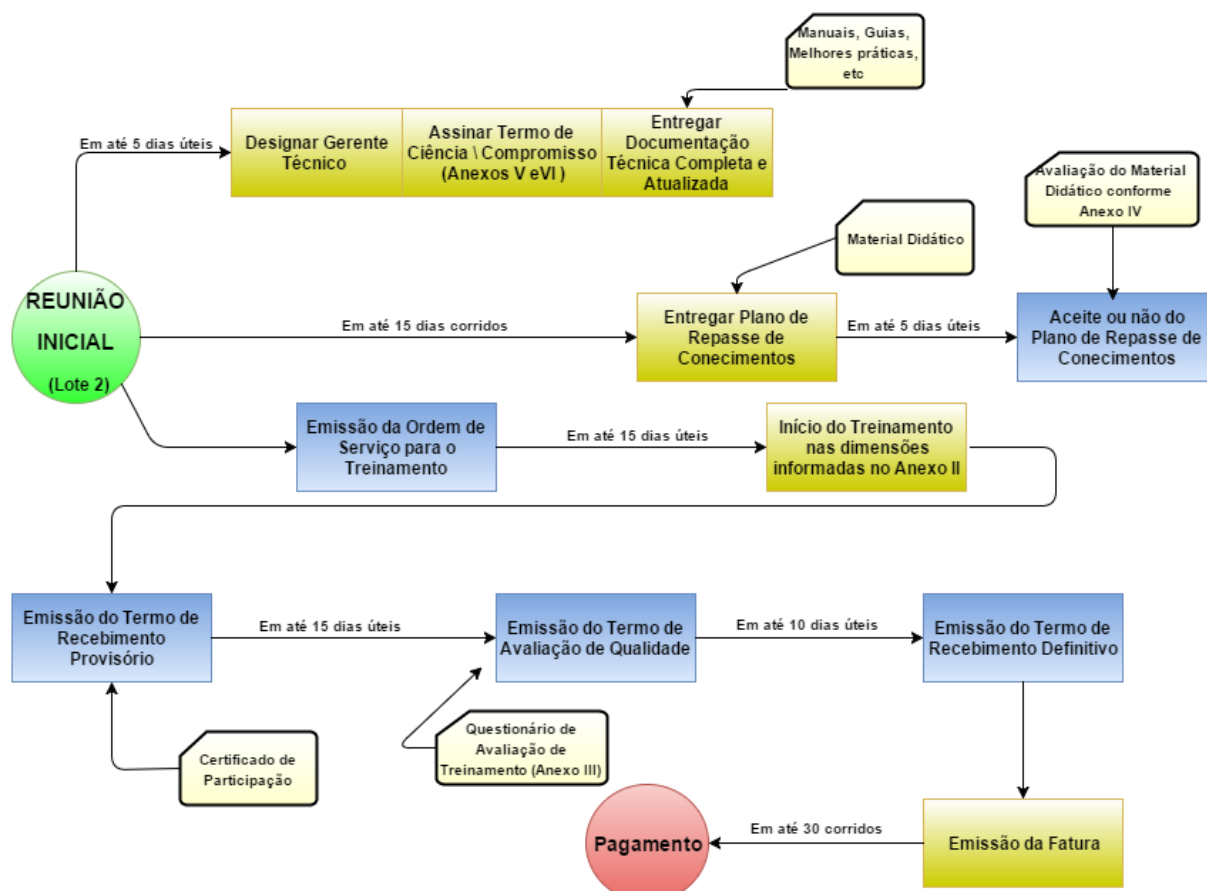


Figura 02 Fluxograma de prazos em situações de conformidade a partir da Reunião Inicial (Lote 2).

7.1.3.1. Esses fluxogramas preveem somente situações em conformidade com as datas previstas neste Anexo, não apresentam situações de não conformidade.

7.2. Condições de pagamento

7.2.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA encaminhará ao Fiscal Administrativo, após a autorização do Gestor do Contrato, a respectiva nota fiscal/fatura do objeto contratado;

7.2.2. A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado no contrato;

7.2.3. Caso os dados da fatura estejam incorretos, a CONTRATADA deverá emitir nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento;

7.2.4. Caso a fatura seja emitida pela CONTRATADA com valores em desacordo com o autorizado pela CONTRATANTE, esta procederá com o pagamento apenas da parte por ela reconhecida, devendo a CONTRATADA ser comunicada;

7.2.5. A CONTRATANTE verificará, antes do pagamento, por meio de consulta on-line ao Sicafe, a comprovação da regularidade do cadastramento e habilitação da

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

CONTRATADA e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.jus.br/certidao, as quais serão juntadas ao processo administrativo;

7.2.6. Constatando-se a situação de irregularidade, a Contratada será advertida para regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa do Contratado aceita pelo Contratante;

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pelo Contratante, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando ao Contratado a ampla defesa;

7.2.9. Caso o Contratado não regularize sua situação e havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual;

7.2.10. O Contrato não será rescindido por motivo de inadimplência no SICAF somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso;

7.2.11. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte do Contratado, ou apresentação de defesa aceita pelo Contratante, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizam descumprimento de cláusula contratual, estará o Contrato passível de rescisão e o Contratado sujeito às sanções administrativas previstas neste Termo de Contrato;

7.2.12. O prazo previsto para que o contratado tente regularizar a sua situação somente começará a correr após a apresentação da totalidade dos documentos previstos no parágrafo abaixo;

7.2.13. O pagamento, parcial ou total, só será realizado desde que as obrigações referentes ao objeto da contratação fornecido sejam cumpridas e após a emissão e a apresentação dos seguintes documentos:

7.2.13.1. Termo de Recebimento Provisório emitido e assinado pelo Fiscal Técnico, com notas fiscais;

7.2.13.2. Termo de Recebimento Definitivo emitido e assinado pelo Fiscal Requisitante e pelo Gestor do Contrato; e

7.2.13.3. Notas fiscais de fatura dos objetos fornecidos.

7.2.14. O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo CONTRATADO, nos termos deste Contrato;

7.2.15. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO, sendo este insuficiente, fica o CONTRATADO obrigada a recolher a

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

7.2.16. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

7.2.17. O CONTRATANTE, estando tudo conforme, pagará ao CONTRATADO no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento das notas fiscais/fatura pelo Fiscal Administrativo;

7.2.18. No caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada do Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX/100)/365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e
- VP = Valor da parcela em atraso.

7.2.19. É vedado à RFB o pagamento de despesas de transporte e hospedagem dos funcionários da CONTRATADA;

7.2.20. No pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos federais previstos na legislação vigente; e

7.2.21. Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar no 123, de 2006, a retenção de tributos será feita na forma da referida Lei Complementar, e não conforme a IN SRF no 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.3. Mecanismos formais de comunicação

7.3.1. A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto apto a representá-la junto a CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar os técnicos de manutenção que prestarão os serviços, bem como comparecer à RFB sempre que convocado. Para evitar que a contratante fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

7.3.2. Para a execução do objeto deste Termo de Referência serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

7.3.2.1. Função de comunicação 1: Autorizar a execução dos serviços

Documento: Ordem de Serviço e/ou Treinamento (conforme o modelo no Anexo VII deste Termo de Referência);

Emissor: Contratante – Gestor do Contrato;

Destinatário: Contratada;

Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.2. Função de comunicação 2: Abertura de chamados de suporte técnico e garantia

Documento: Solicitação de abertura de chamado de suporte técnico e garantia;

Emissor: Contratante;

Destinatário: Contratada;

Meio: E-mail, telefone e/ou sítio na Internet; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.3. Função de comunicação 3: Registro das reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

Documento: Ata de Reunião;

Emissor: Contratante;

Destinatário: Contratada;

Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e

Periodicidade: A cada reunião.

7.3.2.4. Função de comunicação 4: Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico ou garantia feita pela CONTRATANTE

Documento: Relatório de Atendimento Técnico;

Emissor: Contratada;

Destinatário: Contratante;

Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e

Periodicidade: Após cada chamado.

7.3.2.5. Função de comunicação 5: Registro das visitas realizadas pelos técnicos da CONTRATADA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Documento: Relatório de Visita;

Emissor: Contratada;

Destinatário: Contratante;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Após a realização dos serviços de garantia.

7.3.2.6. Função de comunicação 6: Dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos acerca de itens presentes no contrato firmado

Documento: Ofício;

Emissor: Contratada;

Destinatário: Contratante;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.7. Função de comunicação 7: Confirmação da conclusão do atendimento ou chamado técnico

Documento: “De acordo” da conclusão de chamado ou atendimento técnico;

Emissor: Fiscal Técnico;

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.8. Função de comunicação 8: Acusar o recebimento provisório do objeto da contratação

Documento: Termo de Recebimento Provisório;

Emissor: Fiscal Técnico;

Destinatário: Gestor do Contrato;

Meio: Papel; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.9. Função de comunicação 09: Acusar a emissão do Termo de Avaliação de Qualidade

Documento: Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ);

Emissor: Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Destinatário: Gestor do Contrato (Contratante);

Meio: Papel; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.10. Função de comunicação 10: Acusar o recebimento definitivo do objeto da contratação

Documento: Termo de Recebimento Definitivo;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Papel; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.11. Função de comunicação 11: Comunicar autorização para faturamento

Documento: Autorização para faturamento;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.12. Função de comunicação 12: Receber notas fiscais/fatura

Documento: Nota Fiscal/Fatura;

Emissor: Contratada;

Destinatário: Fiscal Administrativo (Contratante);

Meio: Papel e/ou meio eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta; registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

7.3.2.13. Função de comunicação 13: Comunicar pagamento

Documento: Notificação de pagamento;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 7.4. Demais documentos a serem apresentados pela contratada
- 7.4.1. Termo de Ciência (Anexo I - E);
- 7.4.2. Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo (Anexo I - F); e
- 7.4.3. Proposta Técnica e de Preços;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**8.1. Da contratação e da vigência do contrato**

8.1.1. A aquisição do objeto desta licitação será formalizada por meio de instrumento de Contrato, a ser celebrado entre a União, por intermédio da RFB, doravante denominada Contratante, e o licitante vencedor, doravante denominado Contratado, e observará os termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2012, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, do Decreto nº 7.010, Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, da Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 11 de setembro de 2014, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do futuro Edital e deste Termo de Referência, cuja minuta será submetida a exame prévio e aprovação da PGFN, “ex-vi” o disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/93, que lhe é outorgada pelo inciso IV do art. 12 da Lei Complementar nº 73, de 1993, e demais normas pertinentes;

8.1.2. O Fornecedor será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, celebrar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência;

8.1.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do Fornecedor, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e enviado no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de seu recebimento.

8.1.4. Os prazos previstos nos subitens anteriores poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do Fornecedor e aceita pela Administração.

8.1.5. Se o Fornecedor não assinar o Termo de Contrato no prazo estabelecido, ou recusar-se injustificadamente a assiná-lo, é facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, sujeitando-se a licitante desistente à penalidade prevista neste Termo de Referência;

8.1.6. Antes da assinatura do Contrato será verificada pelo Contratante, por meio de consulta on-line ao SICAF, a comprovação da regularidade do Fornecedor, bem como, será procedida consulta ao Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, ao CEIS, de que trata a Portaria MCT nº 516, de 2010, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis; ao CNCIA, do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, e a prova de inexistência de

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho – www.tst.jus.br/certidão, as quais serão juntadas ao processo de licitação;

8.1.7. Em caso de constatação de registro, que impossibilite a contratação, em qualquer dos Sistemas citados, a contratação não poderá ser formalizada, acarretando a inabilitação do licitante, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

8.1.8. A contratação vigorará pelo período de 36 (trinta e seis) meses para o Lote 01 (Licenças), sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante a partir do recebimento definitivo, e 24 (vinte e quatro) meses para o Lote 02 (Treinamentos), a contar da assinatura dos respectivos contratos.

8.1.9. O término da vigência do Contrato não exonera a CONTRATADA de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica da garantia, bem como da prestação da garantia a que se refere o art. 56 da Lei no 8.666, de 1993, estando sujeita, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida e mesmo depois de expirada a vigência do contrato, às penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e penal; e

8.1.10. A CONTRATADA deverá, durante a vigência do contrato, informar à CONTRATANTE todas as vezes em que for lançada uma nova versão de software ou firmware, integrante da solução fornecida, propondo data para atualização dos mesmos, para aprovação da CONTRATANTE.

8.2. Garantia do contrato

8.2.1. A Administração dispensará a apresentação de garantia de execução contratual, de acordo com o previsto no art. 56 da Lei no 8.666, de 1993.

8.3. Fiscalização do contrato

8.3.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação feita por equipe de gerenciamento designada pela CONTRATANTE, da qual farão parte: Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo do Contrato;

8.3.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula SERÁ EXERCIDA NO INTERESSE DA CONTRATANTE e não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações);

8.3.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os objetos, se em desacordo com as especificações exigidas no Anexo I deste TR e das constantes na proposta;

8.3.4. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante (s) do CONTRATANTE, especialmente designado

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

(s) pelo Coordenador-Geral de Programação e Logística;

8.3.5. Representante da Administração será designado para atestar as Notas Fiscais emitidas pelo CONTRATADA, se em acordo com os critérios pactuados;

8.3.6. A CONTRATADA lançará na Nota Fiscal as especificações do objeto contratado, de modo idêntico àquelas constantes do Termo de Contrato;

8.3.7. A CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em partes, o objeto contratado em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados;

8.3.8. Todas as comunicações relativas ao presente Contrato serão consideradas regularmente feitas desde que entregues, ou enviadas por carta protocolada, telegrama ou e-mail, devidamente confirmados;

8.3.9. Qualquer mudança de endereço deverá ser imediatamente comunicada à outra parte;

8.3.10. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA;

8.3.11. O Gestor do Contrato anotará em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3.12. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Equipe de Gestão do Contrato deverão ser solicitadas a instâncias superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

8.4. Papeis e responsabilidades

8.4.1. Fiscal Requisitante

8.4.1.1. Além das obrigações normalmente imputadas legalmente, o Fiscal Requisitante será responsável por:

8.4.1.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas;

8.4.1.1.2. Submeter à Área Requisitante, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências dessa Área;

8.4.1.1.3. Submeter ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências exclusivas do Gestor;

8.4.1.1.4. Avaliar, junto ao Fiscal Técnico, a qualidade do objeto recebido provisoriamente, com emissão do Termo de Avaliação da Qualidade;

8.4.1.1.5. Emitir, junto ao Gestor do Contrato, a Ordem de Serviço (conforme o modelo no Anexo I-G deste Termo de Referência); e o Termo de Recebimento Definitivo; e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

8.4.1.1.6. Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa.

8.4.2. Fiscal Técnico

8.4.2.1. Além das obrigações normalmente imputadas legalmente, o Fiscal Técnico será responsável por:

8.4.2.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas;

8.4.2.1.2. Submeter à Área Técnica, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências dessa Área;

8.4.2.1.3. Submeter ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências exclusivas do Gestor;

8.4.2.1.4. Receber provisoriamente o objeto do contrato, com emissão do Termo de Recebimento Provisório;

8.4.2.1.5. Avaliar, junto ao Fiscal Requisitante, a qualidade do objeto recebido provisoriamente, com emissão do Termo de Avaliação da Qualidade; e

8.4.2.1.6. Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa.

8.4.3. Gestor do Contrato

8.4.3.1. Além das obrigações normalmente imputadas legalmente, o Gestor do Contrato será responsável por:

8.4.3.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas;

8.4.3.1.2. Convocar reunião inicial para alinhamento de expectativas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

8.4.3.1.3. Formalizar processo administrativo para pagamento;

8.4.3.1.4. Emitir a Ordem de Serviço junto ao Fiscal Requisitante (conforme o modelo no Anexo I-G);

8.4.3.1.5. Receber dos Fiscais Técnicos o Termo de Recebimento Provisório;

8.4.3.1.6. Analisar as ocorrências levantadas pelos Fiscais Técnico e Requisitante e propor, à Área Administrativa, a aplicação de sanções ou encaminhamento de demandas de correção à CONTRATADA;

8.4.3.1.7. Instruir processo de solicitação de penalidade;

8.4.3.1.8. Autorizar a CONTRATADA a emitir a nota fiscal/fatura;

8.4.3.1.9. Autorizar o (s) pagamento (s);

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

8.4.3.1.10. Manter registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato; e

8.4.3.1.11. Submeter às instâncias superiores, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências que ultrapassem à sua competência.

8.4.4. Fiscal Administrativo

8.4.4.1. Além das obrigações normalmente imputadas legalmente, o Fiscal Administrativo será responsável por:

8.4.4.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e anotar em registro próprio as ocorrências relacionadas com a execução, sob os aspectos Administrativos, interagindo com intervenientes para sanar as irregularidades observadas;

8.4.4.1.2. Submeter à Área Administrativa, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências dessa Área;

8.4.4.1.3. Submeter ao Gestor do Contrato, em tempo hábil, as ocorrências que necessitem de decisões e/ou providências exclusivas do Gestor;

8.4.4.1.4. Observar, na produção da documentação de execução do contrato, o cumprimento das formalidades previstas;

8.4.4.1.5. Receber da CONTRATADA a documentação de faturamento (Faturas, Notas Fiscais e outros documentos pertinentes);

8.4.4.1.6. Conferir documentação de faturamento com relação à sua aderência aos termos contratuais;

8.4.4.1.7. Verificar regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, em sendo o caso;

8.4.4.1.8. Comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto a inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto a existência de pagamento a ser efetuado pela CONTRATANTE, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, caso seja constatada a irregularidade fiscal da CONTRATADA;

8.4.4.1.9. Emitir consulta de regularidade fiscal no SICAF;

8.4.4.1.10. Validar Notas Fiscais eletrônicas;

8.4.4.1.11. Informar ao Gestor do Contrato eventuais irregularidades verificadas no exercício da fiscalização, que sejam passíveis de sanção administrativa; e

8.4.4.1.12. Verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida.

8.4.5. Do sigilo, do termo de compromisso e do termo de ciência

8.4.5.1. O Termo de Compromisso, contendo declaração de manutenção de sigilo e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

respeito às normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado pelo representante legal da CONTRATADA consta do ANEXO I-F - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO;

8.4.5.2. O Termo de Ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão ou entidade, a ser assinado por todos os empregados da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação consta do ANEXO I-E - TERMO DE CIÊNCIA;

8.4.5.3. Com a presente atualização e upgrade, as licenças necessárias para a implementação da solução, assim como a documentação utilizada para transferência de conhecimento, passam a ser de propriedade da Receita Federal;

8.4.5.4. É vedada a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização do CONTRATANTE.

8.4.6. **Infrações administrativas**

8.4.6.1. Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, o CONTRATADO que, no decorrer da contratação:

Tabela 05 - graduação das infrações

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens abaixo	1
2	Atrasar a execução do objeto apresentado justificativa parcialmente aceita pelo Contratante	2
3	Atrasar injustificadamente a entrega do objeto	3
4	Cometer outros atrasos injustificados não especificados nos itens anteriores	3
5	Descumprir as obrigações de sigilo e transferência de conhecimento	3
6	Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual	3
7	Desatender às solicitações do Contratante	3
8	Descumprir a legislação (legal e infralegal) afeta à execução do objeto (direta ou indiretamente)	4
9	Cometer atos protelatórios durante a execução, com adiamento dos prazos, visando ensejar alterações de valores decorrentes de reajuste ou revisão dos preços contratados	4
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do objeto	4
11	Cometer atos ilegais visando frustrar a conclusão do objeto contratado	4
12	Inexecução total do Contrato	5
13	Apresentar declaração ou informação falsa, bem como, adulterar documentos	5

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

8.4.6.2. A licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no item acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

Tabela 06 – sanções

GRAU	MULTA		PRAZO DE IMPEDIMENTO*
	MORATÓRIA	COMPENSATÓRIA	
1	0,5% ao dia	0,5% por ocorrência	Não
2	1,0% ao dia	0,5% por ocorrência	Não
3	1,5% ao dia	1,0% por ocorrência	Não
4	2,0% ao dia	5,0% por ocorrência	De 6 meses a 2 anos
5	3,0% ao dia	20,0% por ocorrência	De 2 anos até 5 anos

*“Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em futuro edital e no contrato e das demais cominações legais.”- art. 7º, caput, da Lei n.º 10.520, de 2002.

8.4.6.3. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

8.4.6.3.1. **Multa pecuniária moratória**, por dia de atraso injustificado, cuja base de cálculo é o valor total do objeto em inadimplemento, limitando-se a 30 (trinta) dias e a 10% (dez por cento) do valor total do objeto em atraso, sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa compensatória e demais sanções;

8.4.6.3.2. **Multa pecuniária compensatória**, cuja base de cálculo é o valor total global do Contrato, sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa moratória e demais sanções, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato; e

8.4.6.3.3. **Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e futuro Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

8.4.6.4. No processo de apuração de supostas irregularidades deverão ser consideradas as seguintes definições:

8.4.6.4.1. Documentos simples são aqueles que mesmo deixando de ser apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, não interfiram na execução do objeto de forma direta ou não cause prejuízos à Administração;

8.4.6.4.2. Documentos importantes são aqueles que se não apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, interfiram na execução do objeto de forma direta ou indireta ou causem prejuízos à Administração;

8.4.6.4.3. Erro de execução: é aquele que, passível de correção, foi devidamente sanado;

8.4.6.4.4. Execução imperfeita: é aquela passível de aproveitamento, a despeito de falhas não corrigidas; e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

8.4.6.4.5. Inexecução total: descumprir o que foi estipulado no contrato em quantidade ou qualidade ou de forma ou prazo.

8.4.6.5. Também ficam sujeitas às penalidades de impedimento de licitar e de contratar com a União, previstas no parágrafo anterior, a CONTRATADA que, em razão do Contrato:

8.4.6.5.1. Tenha sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

8.4.6.5.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar o objetivo da licitação; e

8.4.6.5.3. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

8.4.6.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas nos parágrafos anteriores realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

8.4.6.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade;

8.4.6.8. As multas aplicadas deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante do Banco do Brasil S. A., por meio de Guia de recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo Órgão, no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação que será enviada pela autoridade competente;

8.4.6.9. Caso não haja recolhimento, as multas serão inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente;

8.4.6.10. As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sicafe e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a CONTRATADA será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais;

8.4.6.11. As sanções também serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, instituído pela Portaria MCT nº 516, de 2010, quando cabível; e

8.4.6.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS

9.1. De acordo com o art. 2º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 5, de 27 de junho de 2014 (Alterado pela Instrução Normativa nº 7, de 29 de agosto de 2014) e considerando o as planilhas de contratação de TI citadas no art. 1º da Portaria SLTI/MP nº 20, de 14 de junho de 2016, a pesquisa de preços foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

9.1.1. Portais de Compras Governamentais www.comprasgovernamentais.gov.br;

9.1.2. Pesquisas publicadas em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso: Sem sucesso;

9.1.3. Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços: Sem sucesso; e

9.1.4. Pesquisas com os fornecedores (todas as cotações utilizaram esse critério).

9.2. De acordo com pesquisas com os fornecedores, o custo total estimado das referidas contratações é de R\$ 838.603,97 (oitocentos e trinta e oito mil, seiscentos e três reais e noventa e sete centavos);

9.3. **Os custos detalhados estão no Anexo I – B.**

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Para o Lote 1 – Licenças:

10.1.1. Ação: 20VF – Fortalecimento Institucional; Plano Orçamentário: 0008 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC); Programa de Trabalho: 04125211020VF0001; PTRES: 89120; Plano Interno: TECINF

10.2. Para o Lote 2 – Treinamentos

10.2.1. Ação: 20VF – Fortalecimento Institucional; Plano Orçamentário: 000C – Capacitação e Especialização de Recursos Humanos; Programa de Trabalho: 04125211020VF0001; PTRES: 89092; Plano Interno: SUCOR

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada Global

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO: Por Lote

11.1. Metodologia da contratação

11.1.1. A presente contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo “Por Lote”, sendo que o Lote 1 se refere às licenças de software e o Lote 2 se refere aos Treinamentos, em sessão pública realizada por meio do Sistema Eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET, sítio <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>, observando os dispositivos legais, notadamente os princípios da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2012, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, do Decreto nº 7.010, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, da Instrução Normativa MPOG nº 5, de 27 de junho de 2014, da Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 11 de setembro de 2014, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010.

11.1.2. O presente processo licitatório não será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua o art. 6º do

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Decreto nº 8.538, 6 de outubro de 2015, pois o valor estimado para a contratação pretendida é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

11.1.3. A adjudicação do objeto a ser licitado será dada em dois lotes, o primeiro referente às licenças e o segundo aos treinamentos;

11.1.4. A escolha da modalidade de Pregão Eletrônico para a realização deste processo licitatório está em conformidade com o parágrafo 1º do art. 4º do Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, por tratar de aquisição de bens e serviços comuns, já que os padrões de qualidade do objeto podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado. Nesse sentido transcreve-se entendimento do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão 2471/2008 – Plenário:

“9.2.2. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão (Lei nº 10.520/2002, art. 1º).”

11.2. Participação de consórcio de empresas

11.2.1. O consórcio de empresas para fins de participação em licitação consiste na associação de empresas para um empreendimento de maior complexidade e o objeto do presente procedimento licitatório trata-se de objeto comum, não sendo apropriado à exigência de formação de consórcio para essa finalidade; e

11.2.2. A vedação quanto à participação de consórcio, no presente procedimento licitatório, não limitará a competitividade, pois todas as empresas do ramo conseguem ofertar o objeto sem a necessidade de formar consórcio.

11.3. Critérios de habilitação técnica

11.3.1. Será considerada habilitada para participar do certame, além das exigências administrativas e legais especificadas no edital, a empresa que apresentar:

11.3.1.1. Para o Lote 1 - Licenças (Software):

11.3.1.1.1. Atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu softwares da fabricante (ou similares) de no mínimo 50% do quantitativo de licenças do presente termo de referência, sendo aceito o somatório dos atestados.

11.3.1.2. Para o Lote 2 - Treinamentos:

11.3.1.2.1. Atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu satisfatoriamente treinamentos no Curso Revit Básico na modalidade presencial para 5 alunos; e

11.3.1.2.2. Atestado de Capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante já forneceu satisfatoriamente treinamentos na modalidade à distância mediante navegadores de internet para 10 alunos.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

11.4. Proposta técnica e de preços

11.4.1. O licitante classificado em primeiro lugar no certame, deverá enviar a identificação dos itens que devem integrar a Proposta Técnica, descrevendo os detalhes, características, peculiaridades de cada um, para fins de avaliação e comprovação de atendimento das especificações técnicas exigidas.

11.5. MODELO DE PROPOSTA A SER APRESENTADO:

11.5.1. Lote 01 Licenças:

Tabela 07 - modelo de proposta comercial para o Lote 1._

Item	Descrição	Unidade da RFB	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total 36 meses (R\$)
1.1	Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017*, NavisWorks Manage 2017*, InfraWorks 360 2017* e AutoCad 2017*), funcionamento em rede, com suporte básico, assinatura de 3 anos	COTE C/COI NF/DI FRA	16		
Valor total desta proposta comercial (R\$)					
*ou versão mais atual					

11.5.2. Lote 2 Treinamentos:

Tabela 08 - modelo de proposta comercial para o Lote 2._

Item	Descrição	Localidade	“A” Número de turmas	“B” Número de alunos por turma	“C” Valor Unitário por aluno (R\$)	Valor total (R\$) = A x B x C
2.1	Revit 2017 - Básico; carga horária: 40 e modalidade: Presencial	Brasília-DF	8	10		
2.2	Revit 2017 - Estrutura; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.3	NavisWorks 2017; carga horária: 20 e modalidade: Presencial	Brasília-DF	8	10		
2.4	Revit MEP 2017 - Hidro-Sanitário e incêndio; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.5	Revit 2017 - Avançado; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.6	Revit MEP 2017 – Elétrico e mecânico; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.7	AutoCad Civil 3D 2017 e InfraWorks 360 2017; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
Valor total desta proposta comercial (R\$)						
*ou versão mais atual						

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

11.5.3. O total, para os dois lotes, estimado para esta aquisição é de R\$ 838.603,97 (oitocentos e trinta e oito reais, seiscentos e três reais e noventa e sete centavos), sendo:

11.5.3.1. O valor estimado para o Lote 1 (Licenças): **R\$ 455.506,30** (quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e seis reais e trinta centavos); e

11.5.3.2. O valor estimado para o Lote 2 (Treinamentos): **R\$ 383.097,67** (trezentos e oitenta e três mil, noventa e sete reais e sessenta e sete centavos).

11.5.4. Deverá ser encaminhado junto com a proposta o cronograma físico-financeiro do fornecimento de licenças e treinamentos, conforme modelo proposto no Anexo I - B.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO I - A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO DE TI****1. Licenças**

1.1. Descrição das licenças e quantidades discriminadas na tabela abaixo.

Tabela 09 - Licenças

Item	Descrição da licença (assinatura) / tipo funcionamento / tipo suporte / período de assinatura	Unidade	Quantidade
1.1	Coleção: <i>Architecture, engineering, construction</i> (Revit 2017*, NavisWorks Manage 2017*, AutoCad Civil 3D*, InfraWorks 360 2017* e AutoCad 2017*), rede, com suporte básico, 3 anos	un	16
*ou versão mais atual			

2. Licenças - Instalação do gerenciador da licença em rede

2.1. Instalação em servidor único Windows Server 2008 para gerenciamento de licenças em rede instaladas em desktop e notebook dos profissionais de engenharia e arquitetura em diversas unidades da RFB (Receita Federal do Brasil) em todo território nacional (ver unidades em: <http://idg.receita.fazenda.gov.br/sobre/institucional/quem-e-quem/unidades-regionais-e-locais/unidades-regionais-e-locais>)

3. Licenças - Locais de instalação do gerenciador da licença em rede

3.1. Datacenter da RFB, localizado em Brasília-DF

4. Licenças - Ambiente computacional da RFB

4.1. Internet Explorer 11, Google Chrome; Sistema Operacional: Windows 7 (64bits); Memória Instalada (RAM): 4GB; Processador: Intel Core i5 3.20 GHz.

5. Licenças - Implantação/Configuração

5.1. A Contratada será responsável pela implantação, integração, configuração e testes de todos os softwares fornecidos.

5.2. Caberá à Contratada, às suas expensas, tratar todos os casos, excepcionais ou não, pertinentes à conclusão da implantação, incluindo se necessário a disponibilização de apoio presencial de técnicos da própria Contratada.

5.3. A implantação compreende a relação, não exaustiva, de atividades como segue:

5.3.1. Instalação de todos os softwares fornecidos no ambiente operacional;

5.3.2. Configurações do ambiente instalado;

5.3.3. Testes de validação da instalação;

5.3.4. Instalação das atualizações de software mais recentes para todos os componentes fornecidos;

5.4. A Contratada deverá realizar uma “implantação assistida” dos produtos de software fornecidos, acompanhada pelos técnicos da Contratante.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

5.5. A Contratada deverá providenciar a aplicação de todas as correções, atualizações e upgrades dos produtos que vierem a ser cobertos por garantia, liberados até a data da conclusão da implantação, devendo encaminhar documentação, em meio eletrônico, que comprove a aplicação das atualizações.

5.6. A instalação não será considerada como concluída até que as atualizações sejam aplicadas, e a documentação seja entregue pela Contratada e validada pela Coordenação Geral de Tecnologia.

5.7. No prazo de 5 dias úteis após a Reunião Inicial, a Contratada deverá designar um representante, técnico especialista comprovadamente habilitado na solução.

5.8. A CONTRATADA, através de seus representantes legais, no prazo de 5 dias úteis da Reunião Inicial, deverá assinar um TERMO DE COMPROMISSO e TERMO DE CIÊNCIA.

5.9. No prazo de 5 dias úteis da Reunião Inicial, a Contratada deverá fornecer documentação técnica completa e atualizada, contendo manuais, guias de instalação, guias de configuração, melhores práticas e outros pertinentes, todos originais e uma cópia digitalizada em meio eletrônico desta mesma documentação;

5.10. Quaisquer atualizações das documentações mencionadas deverão ser fornecidas, sem ônus, durante o período de garantia de todos os softwares.

5.11. Todo o processo de implantação será acompanhado pelo Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante;

5.12. A implantação não será considerada concluída até que todas as funcionalidades da solução estejam em perfeito funcionamento;

5.13. O Recebimento Definitivo da implantação se dará da seguinte forma:

5.13.1. Consistirá na verificação da efetiva conclusão da implantação como especificado e no recebimento das licenças efetivamente instaladas.

5.13.2. Ocorrerá após 15 (cinco) dias úteis contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório e após a emissão do Termo de Avaliação da Qualidade, o Gestor do Contrato elaborará o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), circunstanciado, em 2 (duas) vias, que deverá ser assinado por ele juntamente junto com o Fiscal Requisitante.

6. Treinamentos

6.1. Treinamento na modalidade presencial

6.1.1. O local de realização será a cidade de Brasília-DF com os meios necessários ao treinamento (salas, hardwares, softwares, instrutores, etc) a cargo Contratada.

6.1.2. O hardware deverá observar as recomendações do fabricante relativo aos softwares.

6.1.3. Deverá ser disponibilizado um aluno para cada computador. As turmas deverão ter no máximo 10 alunos.

6.1.4. Deverá ser ministrado por profissional certificado pela fabricante.

6.1.5. Nas aulas presenciais, deverá ser disponibilizado material didático impresso e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

em formato PDF devendo conter todo conteúdo explanado pelo instrutor.

6.1.6. O aluno aprovado (com critérios definidos pela contratada) receberá o respectivo certificado de conclusão do curso.

6.2. Treinamento na modalidade Ensino à Distância (EAD)

6.2.1. Os cursos na modalidade EAD, realizados pela internet, deverão conter plataforma compatível com as especificações de segurança da informação da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

6.2.2. Será realizado por navegadores de internet compatíveis com as especificações da RFB.

6.2.3. O acesso à plataforma e ao curso pelo aluno deverá ter a duração mínima de 4 meses a partir da matrícula do aluno no curso. O período para realização do curso será definido pela contratada.

6.2.4. Deverá ser ministrado por profissional certificado pela fabricante.

6.2.5. Os vídeos deverão ser confeccionados para uso somente na modalidade EAD. Sendo vedado o aproveitamento de aulas presenciais.

6.2.6. O treinamento deverá proporcionar a retirada de dúvidas sobre o conteúdo ministrado e as dúvidas relativas à plataforma EAD. As dúvidas deverão ser sanadas em até 48 horas (não contando os sábados, domingos e feriados nacionais).

6.2.7. O treinamento deverá disponibilizar apostila em formato PDF devendo conter todo conteúdo explanado.

6.2.8. O aluno aprovado (com critérios definidos pela contratada) receberá o respectivo certificado de conclusão do curso.

6.3. Apostila - Projeto Modelo e Projeto Piloto da nova sede da Delegacia da RFB em Mossoró-RN.

6.3.1. A apostila deverá conter todo conteúdo explanado pelo instrutor nos cursos presencial ou EAD.

6.3.2. Deverá ser disponibilizado na língua portuguesa (Brasil).

6.3.3. A apostila deverá conter toda a prática de utilização das ferramentas ministradas nos cursos através de um único Projeto Modelo. O Projeto Modelo terá finalidade educacional.

6.3.4. O Projeto Modelo deverá proporcionar a visão integrada, em um único exemplo, das seguintes disciplinas: arquitetura, estrutura (inclusive fundação), hidrossanitária, elétrica, incêndio e ar-condicionado.

6.3.5. O mesmo Projeto Modelo será utilizado nas aulas e nas apostilas dos cursos.

6.3.6. O Projeto Modelo será o mesmo de modo que ao final de todos os treinamentos o aluno tenha a prática do uso das ferramentas (softwares) em um único exemplo.

6.3.7. O Projeto Modelo deverá ilustrar os seguintes usos da metodologia BIM:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

6.3.7.1. Modelagem de condições existentes e Design Autoral - Modelagem 3D do Projeto Modelo e geração da documentação gráfica (planta de localização, topografia, plantas baixas, vistas, cortes, detalhes, etc) com origem no modelo.

6.3.7.2. Estimativas de Custos - Geração de tabelas com quantitativos dos serviços e materiais com origem no Projeto Modelo necessários na elaboração do orçamento de referência da obra, tais como:

6.3.7.2.1. Arquitetura – quantitativos de: ambientes, pisos, revestimentos, pinturas, forros, alvenarias, esquadrias, equipamentos sanitários, etc;

6.3.7.2.2. Estrutura – quantitativos de: concreto, armadura nos diversos tipos de aços e ferros, tudo nos diversos tipos de elementos estruturais (estacas, blocos, baldrame, pilares, vigas, lajes, etc); e

6.3.7.2.3. Elétrica, hidrossanitário, mecânica e incêndio–quantitativos de: eletrodutos, quadros, tomadas, interruptores, luminárias, tubulação de água fria e esgoto, conexões de água fria e esgoto, caixas de passagem e gordura, dutos e equipamentos de ar-condicionado, etc.

6.3.7.3. Planejamento - Planejamento da construção (cronograma) a partir do Projeto Modelo de modo a associar as instâncias do modelo ao correspondente período do cronograma da execução da obra.

6.3.7.4. Coordenação espacial 3D – Identificação das interferências entre as disciplinas presentes no modelo (exemplo: hidrossanitário x estrutura). Emissão de relatórios de interferências.

6.3.8. O Projeto Modelo consistirá de uma edificação comercial (prédio de escritórios) com área construída mínima de 500,00 m² contendo todas as disciplinas necessárias aos cursos e modeladas em grau suficiente para exemplificação dos usos da metodologia BIM listadas anteriormente.

6.3.9. O Projeto Modelo deverá conter exemplos de aplicação de worksets, vínculos, padrões de vista, tabelas e plantas. Deverá, também, possuir navegador de projetos organizado (conforme critérios da contratada) e famílias de sistemas e componentes com nomenclatura padronizada (conforme critérios da contratada).

6.3.10. O Projeto Modelo, confeccionado pela contratada, será submetido à avaliação da Contratante antes da sua utilização nos cursos a fim de verificar a aplicação dos usos da metodologia BIM listadas anteriormente.

6.3.11. Os treinamentos somente serão agendados após a aprovação da apostila e Projeto Modelo pela Contratante.

6.3.12. Os treinamentos serão dimensionados para 80 (oitenta) servidores indicados pela RFB, divididos em duas fases. Cada fase com 40 (quarenta) servidores, conforme descrição e cronograma abaixo:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Tabela 10 – Descrição, modalidade, número de turmas e quantidades de alunos

Item	Descrição do treinamento (curso)	Carga horária (h)	Modalidade	Número de turmas	Número de alunos por turma
1	Revit 2017* - Básico	40	Presencial	8	10
2	Revit 2017* - Estrutura	12-15	EAD	4	20
3	NavisWorks 2017*	20	Presencial	8	10
4	Revit MEP 2017* - Hidro-Sanitário e incêndio	12-15	EAD	4	20
5	Revit 2017* - Avançado	35-40	EAD	4	20
6	Revit MEP 2017*– Elétrico e mecânico	12-15	EAD	4	20
7	AutoCad Civil 3D 2017* e InfraWorks 360 2017*	35-40	EAD	4	20
*ou versão mais atual					

Tabela 11 – Cronograma de execução dos treinamentos

Item	Descrição	Modalidade	4T-2017 / nº de turmas	1T-2018 / nº de turmas	2T-2018/ nº de turmas	3T-2018/ nº de turmas	4T-2018/ nº de turmas	1T-2019/ nº de turmas	2T-2019/ nº de turmas
1	Revit 2017 - Básico	Presencial	4	-	-	4	-	-	-
2	Revit 2017 - Estrutura	EAD	2	-	-	2	-	-	-
3	NavisWorks 2017	Presencial	-	4	-	-	4	-	-
4	Revit MEP 2017 - Hidro-Sanitário e incêndio	EAD	-	2	-	-	2	-	-
5	Revit 2017 - Avançado	EAD	-	-	2	-	-	2	-
6	Revit MEP 2017 – Elétrico e mecânico	EAD	-	-	2	-	-	2	-
7	AutoCad Civil 3D 2017 e InfraWorks 360 2017	EAD	-	-	-	2	-	-	2-

6.3.13. O conteúdo programático mínimo está descrito neste Anexo. A contratada deverá avaliar e, se for o caso, propor alterações que julgue necessárias e encaminhar para avaliação dos Fiscais Requisitante e Técnico.

6.3.14. Após a assinatura de contrato haverá a reunião inicial com a contratada com os seguintes objetivos:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 6.3.14.1. Indicação do representante da contratada para prestação dos serviços de treinamento;
- 6.3.14.2. Apresentação das sugestões de alterações nas ementas dos cursos;
- 6.3.14.3. Apresentação do esboço de Projeto Modelo a ser confeccionado; e
- 6.3.14.4. Retirada de dúvidas sobre o ambiente computacional e políticas de segurança da RFB.
- 6.3.15. Após a reunião inicial a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para preparação da apostila e Projeto Modelo necessários aos cursos de Revit 2017-Básico, Revit 2017-Estrutura e NavisWorks 2017.
- 6.3.16. Após a realização das aulas presenciais da primeira turma (primeira fase) do curso de NavisWorks 2017 a contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para preparação da apostila e Projeto Modelo necessários aos cursos de Revit MEP 2017 - Hidrossanitário e incêndio e Revit 2017 – Avançado.
- 6.3.17. A apostila e Projeto Modelo serão enviados, nos formatos PDF e rvt respectivamente, aos Fiscais Requisitante e Técnico e será avaliado segundo o Anexo I - D.
- 6.3.18. Todos os itens deverão ser atendidos e caso a Contratante, marque algum dos 7 itens como “NÃO” atendimento, a contratada terá 10 (dez) dias úteis para realizar os ajustes necessários no material e nova avaliação pela Contratante.
- 6.3.19. Após aprovação da apostila e Projeto Modelo, a contratada deverá providenciar os demais meios necessários aos treinamentos presencial e à distância.
- 6.3.20. As plataformas EAD serão apresentadas, anteriormente aos treinamentos, aos Fiscais Requisitante e Técnico para verificação do funcionamento nos computadores da RFB.
- 6.3.21. A contratada deverá realizar comentários sobre o Projeto Piloto com a metodologia BIM da nova sede da Delegacia da RFB em Mossoró-RN durante as aulas. Não serão obrigatórios tais comentários na apostila ou projeto modelo.
- 6.3.22. O Projeto Piloto da nova sede da Delegacia da RFB em Mossoró-RN é um projeto contratado pela RFB. A contratada não terá nenhum encargo que envolva a elaboração ou a revisão de tal projeto. As informações presentes no referido projeto piloto foram dimensionadas para os mesmos usos da metodologia BIM presentes no subitem 6.3.7.
- 6.3.23. Os comentários nas aulas terão o os seguintes objetivos:
- 6.3.23.1. Proporcionar aos servidores o conhecimento detalhado do primeiro projeto piloto elaborado em BIM na RFB;
- 6.3.23.2. Proporcionar a análise crítica de um projeto básico completo realizado em BIM;
- 6.3.23.3. Verificar a aplicação dos benefícios da metodologia BIM em um projeto da RFB;
- 6.3.23.4. Verificar a aplicação dos usos da metodologia BIM listadas no subitem 6.3.7; e
- 6.3.23.5. Criar uma referência em projeto BIM auxiliando nas futuras contratações e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

fiscalizações de projetos.

6.3.24. Os comentários ao referido projeto piloto serão realizados sobre:

6.3.24.1. Organização e nomenclatura dos arquivos e seus links;

6.3.24.2. Organização das diversas disciplinas e respectivos arquivos;

6.3.24.3. Organização do navegador de projeto;

6.3.24.4. Organização e nomenclatura das famílias de sistemas e componentes;

6.3.24.5. Modelagem das informações das diversas famílias de sistemas e componentes conforme as boas práticas e consoante usos da metodologia BIM presentes no subitem 6.3.7;

6.3.24.6. Confeção de tabelas, plantas e vistas geradas a partir do modelo; e

6.3.24.7. Demais itens pertinentes a critério da contratada.

6.3.25. Perfil das pessoas a serem treinadas: profissionais dos cargos de engenharia e arquitetura ou com formação nas referidas áreas, todos em exercício na RFB.

6.3.26. Ao final de cada treinamento, será aplicado um questionário avaliativo abordando perguntas para as seguintes dimensões do treinamento: Avaliação Geral, Conteúdo do Curso, Forma de Apresentação das Aulas, Aplicabilidade no ambiente da RFB e Carga Horária Apropriada;

6.3.27. Os questionários deverão ser respondidos sem identificação do servidor treinado e apresentará as seguintes graduações: 1- péssimo, 2 - ruim, 3 - razoável, 4- bom e 5 - ótimo;

6.3.28. A Nota Final do Treinamento (NFT) será dada pela média aritmética simples de todos os questionários respondidos pelos inscritos em cada treinamento (estimados 10 na modalidade presencial e 20 na modalidade a distância), de forma que:

6.3.28.1. A dimensão “V - Carga Horária Apropriada” não será computada na média aritmética descrita no item anterior.

6.3.28.2. Cada um dos itens presentes no Anexo I - C: I- AVALIAÇÃO GERAL, II- CONTEÚDO DO CURSO, III- FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AULAS e IV- APLICABILIDADE NO AMBIENTE DA RFB receberá um valor entre 1(péssimo) e 5(ótimo) obrigatoriamente.

6.3.28.3. Caso algum item não tenha sido preenchido pelo treinando, este receberá automaticamente o valor máximo, isto é 5 (ótimo).

6.3.28.4. A nota de cada questionário individual (NQ_i) será dada pela fórmula:

$$\frac{(\text{Valor do Item I}) + (\text{Valor do Item II}) + (\text{Valor do Item III}) + (\text{Valor do Item IV})}{4}$$

6.3.28.5. NQ_i =

6.3.28.6. Dessa forma, a NFT será:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

$$\frac{1}{n} \sum_{i=1}^n NQ(i)$$

6.3.29. A CONTRATADA deverá atingir necessariamente como nota final o valor igual ou superior a 3,5 (três pontos e cinco décimos).

6.3.30. No caso de uma Avaliação Média entre a nota 3,4 (três pontos e quatro décimos) e 3,0 (três pontos), a CONTRATADA sofrerá uma glosa no valor de 10% referente ao valor do respectivo treinamento.

6.3.31. No caso de uma Avaliação Média entre a nota 2,9 (dois pontos e nove décimos) e 2,5 (dois pontos e cinco décimos), a CONTRATADA sofrerá uma glosa de 20% referente ao valor do respectivo treinamento.

6.3.32. No caso de uma Avaliação Média inferior a nota 2,5 (dois pontos e cinco décimos), a CONTRATADA sofrerá uma glosa no valor de 30% referente ao valor do respectivo treinamento.

6.3.33. Caso a CONTRATADA não atinja o número mínimo de 50% de questionários respondidos pelos treinandos, a NFT será automaticamente 2,4 (dois pontos e quatro décimos).

6.3.34. O questionário seguirá o modelo presente no Anexo I - C.

7. Ementas**7.1. Revit 2017 - Básico**

Ementa mínima (podendo ser modificada por sugestão da contratada observado o número de horas contratadas)

- 7.1.1. Introdução ao BIM;
- 7.1.2. Histórico da aplicação da metodologia BIM no mundo e no Brasil;
- 7.1.3. Conceitos básicos;
- 7.1.4. Usos do da metodologia BIM;
- 7.1.5. Introdução ao REVIT Architecture 2017
- 7.1.6. Simulação de Profundidade (Depth Cueing)
- 7.1.7. Ambientação na Tecnologia e Interface
- 7.1.8. Trabalho com Elementos do Revit Architecture
- 7.1.9. Iniciando um Projeto
- 7.1.10. Deslocação de Elementos
- 7.1.11. Iniciando um Desenho/projeto
- 7.1.12. Criação da Planta Baixa
- 7.1.13. Criação de Levels

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 7.1.14. Trabalho com Grids
- 7.1.15. Seleção de Objetos ou Grupo de Objetos
- 7.1.16. Introdução ao Modelo de Edifício
- 7.1.17. Paredes Divisórias
- 7.1.18. Paredes Cortinas de Vidro
- 7.1.19. Paredes empilhadas
- 7.1.20. Paredes Estruturais
- 7.1.21. Trabalhando com Sancas e Rodapés
- 7.1.22. Comandos de Edição
- 7.1.23. Aplicação de Sancas e Rodapés
- 7.1.24. Aplicação de Portas
- 7.1.25. Aplicação de Janelas
- 7.1.26. Novos Filtros de Seleção
- 7.1.27. Adição de Elementos complementares a um Edifício
- 7.1.28. Edição de Famílias de Componentes
- 7.1.29. Modelo de Vistas de Edifícios
- 7.1.30. Criação, Edição e Gerenciamento de Vistas
- 7.1.31. Controles de Vista para Objetos
- 7.1.32. Vistas em secção e elevação
- 7.1.33. Vistas em 3D
- 7.1.34. Aplicação de Escalas e Restrições
- 7.1.35. Uso de Escala
- 7.1.36. Uso de Restrições
- 7.1.37. Modelagem de um Edifício
- 7.1.38. Criação de Piso
- 7.1.39. Criação de Tetos
- 7.1.40. Criação de telhados
- 7.1.41. Criação de Paredes
- 7.1.42. Criação de escadas e corrimãos
- 7.1.43. Detalhamento e Vistas
- 7.1.44. Criação de Chamadas Vistas
- 7.1.45. Trabalho com textos e rotulagens
- 7.1.46. Criação de Vistas de detalhe

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 7.1.47. Trabalho com Destaques
- 7.1.48. Regiões de Corte (Crop Regions) Não Retangulares
- 7.1.49. Documentação da Obra
- 7.1.50. Criação de Cronogramas
- 7.1.51. Criação de Módulos e Cronogramas de Módulos
- 7.1.52. Criação de Legendas e Linha Mestra
- 7.1.53. Modelo de Apresentação do Edifício
- 7.1.54. Criação de Folhas de Projeto
- 7.1.55. Uso de Capítulos/Blocos
- 7.1.56. Gerenciamento de Revisões
- 7.1.57. Renderização
- 7.1.58. Aplicação de Luz e Sombras

7.2. Revit 2017 - Avançado

Ementa mínima (podendo ser modificada por sugestão da contratada observado o número de horas contratadas):

- 7.2.1. WorkSharing
- 7.2.2. Criação de Famílias
- 7.2.3. Conceptual Mass - Nova interface, interface aprimorada
- 7.2.4. Explicando o Editor de Famílias e sua interface
- 7.2.5. Parametrização
- 7.2.6. Revit Link
- 7.2.7. Copy Monitor - Nova interface interface aprimorade
- 7.2.8. Component Model in Place
- 7.2.9. Collaborate Ferramentas melhoradas
- 7.2.10. Interference Check
- 7.2.11. Janelas
- 7.2.12. Portas
- 7.2.13. Colunas
- 7.2.14. Combogó
- 7.2.15. Tags de anotações
- 7.2.16. Pranchas personalizadas
- 7.2.17. Desenhando famílias de mobiliários

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 7.2.18. Estudo conceitual de massa
- 7.2.19. Integrando um projeto do SketchUp dentro do Revit
- 7.2.20. Integrando um projeto criado no AutoCAD 2015
- 7.2.21. Exportando um projeto para o 3D Max Design 2015
- 7.2.22. Técnicas de Renderização
- 7.2.23. Trabalhando com Bibliotecas Externas
- 7.2.24. Aprendendo a Trabalhar com o Design Options
- 7.2.25. Criando mais de uma Intenção de Desenho
- 7.2.26. Trabalhando em Rede com Worksets trabalnos em Grupo
- 7.2.27. Integração com as Ferramentas Add-Ins

7.3. Revit 2017 - Estrutura

Ementa mínima (podendo ser modificada por sugestão da contratada observado o número de horas contratadas):

- 7.3.1. Interface do Revit Structure
- 7.3.2. Abrindo um projeto no Revit
- 7.3.3. Comandos de visualização
- 7.3.4. Trabalhando com Elementos Estruturais
- 7.3.5. Trabalhando com Vistas 2D e 3D
- 7.3.6. Controlando a Visibilidade de Objetos
- 7.3.7. Trabalhando com Elevações e Vistas de corte
- 7.3.8. Iniciando um Projeto
- 7.3.9. Criando e modificando Níveis e Grades
- 7.3.10. Trabalhando com Pilares estruturais
- 7.3.11. Trabalhando com Paredes estruturais
- 7.3.12. Trabalhando com Vigas e Sistemas de Vigas
- 7.3.13. Trabalhando com Vigas de Aço e Concreto
- 7.3.14. Adicionando Pisos e Telhados
- 7.3.15. Adicionando Fundações e suas especificações
- 7.3.16. Escadas e Rampas
- 7.3.17. Criando Escada, Rampa e Corrimão
- 7.3.18. Adicionando Cotas
- 7.3.19. Trabalhando com Textos e Identificadores

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 7.3.20. Trabalhando com Tabelas
- 7.3.21. Trabalhando com Vistas de Detalhamento
- 7.3.22. Adicionando Armaduras de Concreto
- 7.3.23. Trabalhando com Detalhes do CAD
- 7.3.24. Trabalhando com Folhas
- 7.3.25. Exportação e Impressão
- 7.3.26. Revit MEP 2017 - Hidro-Sanitário, elétrico, mecânico e incêndio
- 7.3.27. Ementa mínima (podendo ser modificada por sugestão da contratada observado o número de horas contratadas):
- 7.3.28. Modelagem da Informação do Edifício (BIM) para Engenharia Mecânica, Eletricidade e Águas
- 7.3.29. Suporte para análise e desenvolvimento de Projectos sustentáveis
- 7.3.30. Modelação de esquemas de tubagens e sistemas mecânicos,
- 7.3.31. Iluminação elétrica, esquematização de cargas e esquematização de
- 7.3.32. Circuitos elétricos
- 7.3.33. Compensação de cargas de alimentação elétrica, dimensionamento de
- 7.3.34. Calagens e criação de tabelas de quadros.
- 7.3.35. Modelação de sistemas de canalização de águas
- 7.3.36. Modelação de sistemas de proteção contra incêndio
- 7.3.37. Coordenação multidisciplinar e detecção de interferências
- 7.3.38. Desenvolvimento de Project os com base no conceito de construtibilidade
- 7.3.39. Cálculos de pressão/dimensionamento de tubulação e dutos
- 7.3.40. Modelação de sistemas de tubulações e dutos
- 7.3.41. Project os de espaço elétrica/AVAC
- 7.3.42. Inspetor de sistemas (caminho crítico)
- 7.3.43. Traçado automático de tubulações
- 7.3.44. Cálculos de iluminação
- 7.3.45. Quebras de tensão e fatores de redução dos valores especificados
- 7.3.46. Conduto em declive e alçados invertidos
- 7.3.47. Componentes paramétricos
- 7.3.48. Documentação de construção
- 7.3.49. Referências de desenho automáticas nas folhas
- 7.3.50. Renderização

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**7.4. NavisWorks 2017**

Ementa mínima (podendo ser modificada por sugestão da contratada observado o número de horas contratadas):

- 7.4.1. Extensões de arquivo do Navisworks
- 7.4.2. Navegando pelo Modelo
- 7.4.3. Salvando as principais vistas (Viewpoints)
- 7.4.4. Revisando o modelo
- 7.4.5. Árvore de Seleção (Selection Tree)
- 7.4.6. Selection Sets (grupos)
- 7.4.7. Elaborar cronograma
- 7.4.8. Importando dados de cronograma
- 7.4.9. Vinculando objetos à tarefas
- 7.4.10. Tipos de tarefas
- 7.4.11. Simulation Settings
- 7.4.12. Comparando o Planejado contra o Atual (Planned x Actual)
- 7.4.13. Configuração de regras (Rules)
- 7.4.14. Seleção de objetos para detecção de interferências
- 7.4.15. Resultados e Relatórios Dicas de visualização no Navisworks
- 7.4.16. Exportando imagens e vídeos do modelo
- 7.4.17. Compartilhamento de modelos

7.5. InfraWorks 360 2017

Ementa mínima (podendo ser modificada por sugestão da contratada observado o número de horas contratadas):

- 7.5.1. Introdução
- 7.5.2. Levantamento de Pontos
- 7.5.3. Criando um Modelo Digital de Terreno (Superfície)
- 7.5.4. Alinhamento Horizontal (Eixo)
- 7.5.5. Perfil do Terreno
- 7.5.6. Greide (concordância vertical ou perfil longitudinal de projeto)
- 7.5.7. Definição da Seção Tipo Criação do Modelo do Corredor
- 7.5.8. Cálculo dos Volumes de Corte e Aterro

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- 7.5.9. Referências Externas (XREFs)
- 7.5.10. Gráficos de Seção Transversal
- 7.5.11. Caracterização do Material e Geração de Relatório de Volume
- 7.5.12. Diagrama de Bruckner Folhas de Planta e Perfil
- 7.5.13. Relatórios e Tabelas do Projeto Viário
- 7.5.14. Relatórios de Alinhamentos
- 7.5.15. Relatório de Alinhamento
- 7.5.16. Nota de Serviço
- 7.5.17. Criação de Plataformas a partir de critérios
- 7.5.18. Gerando gráficos de seções transversais da plataforma
- 7.5.19. Visualizando áreas de corte e áreas de aterro
- 7.5.20. Loteamentos
- 7.5.21. Tubulações
- 7.5.22. Exportação de dados para o Google Earth
- 7.5.23. Importação de superfície do Google Earth
- 7.5.24. Topografia

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017
ANEXO I - B - ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA, QUANTIDADES E LOCAIS DE ENTREGA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS E TREINAMENTO

Tabela 12 – Orçamento de referência

Orçamento de referência						
Item	Lote 1	Descrição de licença	Quantidades de licenças	Valor Unitário (R\$)	Valor (R\$)	
1.1		Licença: Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017, NavisWorks Manage 2017, InfraWorks 360 2017 e AutoCad 2017*),funcionamento em rede, com suporte básico, assinatura de 3 anos	16	28.469,14	455.506,31	
Valor total das licenças (R\$)					455.506,31	
Item	Lote 2	Descrição de treinamentos	Número de turmas	Número de alunos por turma	Valor Unitário por aluno (R\$)	Valor (R\$)
2.1		Treinamento: Revit 2017* - Básico; carga horária: 40 e modalidade: Presencial	8	10	922,08	73.766,00
2.2		Treinamento: Revit 2017*- Estrutura; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	4	20	524,58	41.966,00
2.3		Treinamento: NavisWorks 2017*; carga horária: 20 e modalidade: Presencial	8	10	687,08	54.966,00
2.4		Treinamento: Revit MEP 2017* - Hidro-Sanitário e incêndio; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	4	20	552,50	44.200,00
2.5		Treinamento: Revit 2017* - Avançado; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	4	20	711,66	56.933,00
2.6		Treinamento: Revit MEP 2017* – Elétrico e mecânico; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	4	20	552,50	44.200,00
2.7		Treinamento: AutoCad Civil 3D 2017* e InfraWorks 360 2017*; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	4	20	838,33	67.066,67
Valor total dos treinamentos (R\$)						383.097,67
Valor total (R\$)						838.603,97
*ou versão mais atual						

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Tabela 13 - quantidades e locais de entrega

LOTE	ITEM	Descrição	UF	RF	Unidade RFB	Quantidade	Endereço	CEP	Telefone	CNPJ
1	1.1	Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017, NavisWorks Manage 2017, AutoCad Civil 3D, InfraWorks 360 2017 e AutoCad 2017), funcionamento em rede, com suporte básico, assinatura de 3 anos	DF	UC	COTEC/COINF/DIFRA	16	Ministério da Fazenda, Anexo A Subsolo, Sala 28, Esplanada dos Ministérios - Brasília/DF	70048-900	(61)3412-3008	000394460/0058-87
2	2.1	Revit 2017 - Básico; carga horária: 40 e modalidade: Presencial	DF	UC	COPOL/COLOG/DIENG	8	A ser fornecido pela empresa contratada			
2	2.2	Revit 2017 - Estrutura; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	DF	UC		4	EAD			
2	2.3	NavisWorks 2017; carga horária: 20 e modalidade: Presencial	DF	UC		8	A ser fornecido pela empresa contratada			
2	2.4	Revit MEP 2017 - Hidro-Sanitário e incêndio; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	DF	UC		4	EAD			
2	2.5	Revit 2017 - Avançado; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	DF	UC		4	EAD			
2	2.6	Revit MEP 2017 – Elétrico e mecânico; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	DF	UC		4	EAD			
2	2.7	AutoCad Civil 3D 2017 + InfraWorks 360 2017; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	DF	UC		4	EAD			

Tabela 14 – cronograma físico-financeiro do fornecimento de licenças e treinamentos

Cronograma físico-financeiro do fornecimento de software e execução dos treinamentos										
Lote/Item	Descrição	Unidade	4T-2017	1T-2018	2T-2018	3T-2018	4T-2018	1T-2019	2T-2019	Qtde total / Total (R\$)
1.1	Software: Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017*, NavisWorks Manage 2017*, AutoCad Civil 3D 2017*, InfraWorks 360 2017* e AutoCad 2017*), funcionamento em rede, com suporte básico e 3 anos de assinatura	Qtde de licenças	8	4	4					16
		R\$	227.753,15	113.876,58	113.876,58					455.506,31
Software - Total (R\$)			227.753,15	113.876,58	113.876,58					455.506,31
2.1	Treinamento: Revit 2017* - Básico, carga horário: 40 horas na modalidade: Presencial	Qtde de turmas (10 alunos por turma)	4			4				8
		R\$	36.883,00			36.883,00				73.766,00
2.2	Treinamento: Revit 2017* - Estrutura, carga horário: 12-15 horas na modalidade: EAD	Qtde de turmas (20 alunos por turma)	2			2				4
		R\$	20.983,00			20.983,00				41.966,00
2.3	Treinamento: NavisWorks 2017*, carga horário: 40 horas na modalidade: Presencial	Qtde de turmas (10 alunos por turma)		4			4			8
		R\$		27.483,00			27.483,00			54.966,00
2.4	Treinamento: Revit MEP 2017* - Hidro-Sanitário e incêndio, carga horário: 12-15 horas na modalidade: EAD	Qtde de turmas (20 alunos por turma)		2			2			4
		R\$		22.100,00			22.100,00			44.200,00
2.5	Treinamento: Revit 2017* - Avançado, carga horário: 35-40 horas na modalidade: EAD	Qtde de turmas (20 alunos por turma)			2			2		4
		R\$			28.466,50			28.466,50		56.933,00
2.6	Treinamento: Revit MEP 2017* - Elétrico e mecânico, carga horário: 12-15 horas na modalidade: EAD	Qtde de turmas (20 alunos por turma)			2			2		4
		R\$			22.100,00			22.100,00		44.200,00
2.7	Treinamento: Auto Cad Civil 3D + InfraWorks 360 2017*, carga horário: 35-40 horas na modalidade: EAD	Qtde de turmas (20 alunos por turma)				2			2	4
		R\$				33.533,33			33.533,33	67.066,67
Treinamento - Total (R\$)			57.866,00	49.583,00	50.566,50	91.399,33	49.583,00	50.566,50	33.533,33	383.097,67
Total por trimestre (R\$)			285.619,15	163.459,58	164.443,08	91.399,33	49.583,00	50.566,50	33.533,33	838.603,97

* ou versão atual

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO I - C - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO**

Gostaríamos de saber sua opinião sobre o treinamento dado. Por favor, assinale a alternativa que melhor se aplica para cada aspecto do treinamento mencionado

I- AVALIAÇÃO GERAL (De forma geral, como você avalia o treinamento?)

1. Péssimo() 2. Ruim() 3. Razoável() 4. Bom() 5. Ótimo()

II- CONTEÚDO DO CURSO (Qual sua opinião especificamente sobre os assuntos e temas abordados no treinamento?).

1- Péssimo: inadequado aos objetivos propostos ();

2- Ruim (adequado, mas pontos importantes não foram abordados)()

(Mencione os pontos que não foram abordados:

_____);

3-Razoável (mas alguns aspectos foram excessivamente detalhados ()

(Mencione os pontos que foram excessivamente detalhados

_____);

4- Bom (); ou

5- Ótimo()

III- FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS AULAS (Qual sua opinião sobre a forma como as aulas foram dadas? Os esclarecimentos que você solicitou ao instrutor foram respondidos?)

1. Péssimo() 2. Ruim() 3. Razoável() 4. Bom() 5. Ótimo()

IV- APLICABILIDADE NO AMBIENTE DA RFB (A informação passada no curso tem aplicabilidade nas tarefas de fiscalização e elaboração de projetos de engenharia ou, ainda, permite a compreensão do uso das ferramentas e, assim, exigir dos contratados adequado uso delas)

1- Péssima (). Isto é, nenhuma aplicabilidade (não vai servir para nada para minha realidade de trabalho);

2- Ruim (). Isto é, pouca aplicabilidade (poucos aspectos podem ser aproveitados para minha realidade de trabalho);

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

3- Razoável (). Isto é, aplicabilidade parcial (alguns aspectos podem ser aproveitados na minha realidade de trabalho);

4- Boa (). Isto é, boa aplicabilidade (vários aspectos podem ser aproveitados para minha realidade de trabalho) ; ou

5- Ótima (). Isto é, uma excelente aplicabilidade (será muito útil para minha realidade de trabalho).

V - CARGA HORÁRIA (A carga horária do treinamento é suficiente para transmitir as informações que são necessárias?).

1- Péssima (). A carga horária é muito pequena;

2- Ruim (). A carga horária é pequena;

3- Razoável (). A carga horária é excessiva;

4- Boa (). A carga horária poderia ser menor; ou

5- Ótima (). A carga horária está adequada aos objetivos propostos.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO I - D - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DA APOSTILA E PROJETO MODELO**

1. A apostila e projeto modelo abrangem todo o conteúdo previsto para o curso?

___ SIM ___ NÃO ___ PARCIAL

Complemento para a resposta: _____

2. A apostila possui projeto modelo conforme usos do BIM definidos (se for o caso para o curso)?

___ SIM ___ NÃO ___ PARCIAL

Complemento para a resposta: _____

3. A apostila e projeto modelo apresentam tabelas de áreas, materiais e serviços extraídas do projeto modelo (se for o caso para o curso)?

___ SIM ___ NÃO ___ PARCIAL

Complemento para a resposta: _____

4. A apostila e projeto modelo apresentam exemplos de utilização de worksets e vínculos?

5. A versão impressa ou digital da apostila está legível?

___ SIM ___ NÃO ___ PARCIAL

Complemento para a resposta: _____

6. Algum texto da apostila não está coeso?

___ SIM ___ NÃO ___ PARCIAL

Complemento para a resposta: _____

7. Algum texto da apostila não está coerente?

___ SIM ___ NÃO ___ PARCIAL

Complemento para a resposta: _____

RECOMENDAÇÕES:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Fiscal Requisitante

NOME

Fiscal Técnico

NOME

Fiscal Requisitante

NOME:

Matrícula:

Fiscal Técnico

NOME:

Matrícula:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017
ANEXO I - E - TERMO DE CIÊNCIA

Edital N °	7/2017		
Contrato N°:			
Objeto:	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-Building Information Modeling), incluindo suporte básico e treinamentos nos sistemas, conforme este Edital e seus Anexos. .		
Gestor do Contrato:		Matr.	
CONTRATANTE (Órgão):	Receita Federal do Brasil		
CONTRATADA:		CNPJ:	
Preposto da CONTRATADA:		CPF:	

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer o teor do termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo, bem como manter o sigilo absoluto para toda informação referente a Receita Federal do Brasil que a CONTRATADA e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução de seus serviços.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Ciência,

CONTRATADA - Funcionários	
_____ <Nome> CPF: <N°>	_____ <Nome> CPF: <N°>
_____ <Nome> CPF: <N°>	_____ <Nome> CPF: <N°>
_____ <Nome> CPF: <N°>	_____ <Nome> CPF: <N°>

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO I - F - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

A UNIÃO, por intermédio da Secretaria de Receita Federal do Brasil – RFB, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Anexo A – Sala 214, na cidade de Brasília – DF, de um lado doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o número XXXXXXXXXX, com matriz no endereço: XXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XX.XXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO Nº XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, independente de conter ou não a chancela de classificação, em linguagem computacional em qualquer nível, qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter conhecimento em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia de INFORMAÇÕES sem o consentimento formal e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados e contratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às INFORMAÇÕES.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor, desde a data de sua assinatura, mesmo após o término da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civis e criminais, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tais como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos,

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, Termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, será incorporado a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessária a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Oitava – DO FORO

A CONTRATANTE elege o Juízo Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas às condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília/DF, ____ de _____ de 20__.

De acordo.

CONTRATANTE

CONTRATADA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

ANEXO I - G - ORDEM DE SERVIÇO

Identificação

OS:		Data da Emissão:		Emergencial:	Sim() Não()
Área Requisitante da Solução:	COLOG/COPOL/SUCOR				
Nome do Projeto:	Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-Building Information Modeling), incluindo suporte básico e treinamentos nos sistemas, conforme este Edital e seus Anexos.				
Contratada:				Contrato nº:	

1 - Especificação dos Produtos / Serviços e Volumes

Id	Produto/Serviço	Quantidade	Preço em RS
1	Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017, NavisWorks Manage 2017, AutoCad Civil 3D, Auto Cad 2017 e InfraWorks 360 2017), funcionamento em rede, com suporte básico, assinatura de 3 anos		
Total			

2 – Instruções Complementares

3 - Cronograma

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Id	Tarefa	Início	Fim

4- Documentos Entregues

1.	4.
2.	5.
3.	6.

5- Datas e Prazos

Data Prevista para Início dos Produtos / Serviços	Data Prevista para Entrega dos Produtos / Serviços	Prazo Total do Contrato (Com a Garantia)
____ de ____ de 20 ____	____ de ____ de 20 ____	____ (____) dias

Ciência

CONTRATANTE	
Área/Fiscal Requisitante da Solução	Gestor do Contrato
_____ <Nome>	_____ <Nome>



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Matrícula: <Matr. >	Matrícula: <Matr. >
---------------------	---------------------

CONTRATADA
Preposto
<hr/>
<Nome>
<Qualificação>

_____, _____ de _____ de 20____

<Nome>

Matrícula: *<Matr. >*

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO II**
MINUTA DO TERMO DO CONTRATO (Licenças - software)**CONTRATO RFB/COPOL Nº XX/2017**

Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de TI para elaboração de projetos de engenharia em BIM.

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2017, na sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", Anexo A - Sala 214, na cidade de Brasília-DF, de um lado a UNIÃO, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo seu Coordenador-Geral de Programação e Logística, Sr. _____, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 298 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida em _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG de nº _____ SSP/____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____ residente e domiciliado na _____, e, daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada e aprovada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 1993, um Contrato para fornecimento de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-Building Information Modeling), incluindo suporte básico, objeto do Processo MF nº 12440.720045/2017-51, que se regerá pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2012, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, do Decreto nº 7.010, Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, da Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 12 de novembro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente Contrato tem por objeto Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de solução de tecnologia da informação para elaboração de projeto de engenharia com utilização da metodologia da Modelagem da Informação para Construção (BIM-Building Information Modeling), incluindo suporte básico, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos no Anexo I do Edital e nas quantidades especificadas na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unida da RFB	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor total 36 meses (R\$)
1.1	Coleção: Architecture, engineering, construction (Revit 2017*, NavisWorks Manage 2017*, InfraWorks 360 2017* e AutoCad 2017*), funcionamento em rede, com suporte básico, assinatura de 3 anos	COTE C/COI NF/DI FRA	16		
Valor total desta proposta comercial (R\$)					
*ou versão mais atual					

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR – A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos a seguir enumerados, que integram o Processo nº 12440.720045/2017-51, do Ministério da Fazenda, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem expressamente:

- I.** Edital do Pregão Eletrônico RFB/Copol nº **XX**/2017, de XX de XXXXXXXXX de 2017, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, doravante denominado **Pregão**;
- II.** proposta comercial e documentos que a acompanham, doravante denominada de **Proposta**, apresentada pela **CONTRATADA** na licitação acima referida, às fls. ____ a ____ do supracitado processo;
- III.** Anexos do Edital do Pregão Eletrônico RFB//Copol nº **XX**/2017 constantes às fls. a do já citado processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO – A presente contratação foi objeto de licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, conforme Edital constante às fls. ____ a ____ do Processo MF nº 12440.720045/2017-51, cujo aviso foi publicado, com a antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis, na página ____ do Diário Oficial da União de ____ de ____ de 2017, em jornal de grande circulação, de ____ de ____ de 2017, na página __, e no Portal de Compras Governamentais, em ____ de ____ de 2017, e ao qual o presente Contrato está vinculado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – O presente Contrato terá como termo inicial a

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

data de sua assinatura e vigorá pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, sem prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante e da garantia de funcionamento pelo período não inferior a 36 (trinta e seis) meses contados a partir do recebimento definitivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – O término da vigência deste Contrato não exonera a **CONTRATADA** de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica da garantia, bem como da prestação da garantia a que se refere o art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, estando sujeito, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida e mesmo depois de expirada a vigência do Contrato, às penalidades previstas na **Cláusula Décima Sétima** deste Contrato, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e penal.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA – Este item está disciplinado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO – Este item está disciplinado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO – O objeto da presente contratação será fornecido ao preço de R\$ xxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta final negociada com o licitante.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO – Este item está disciplinado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – Incumbe à **CONTRATANTE**:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral das obrigações assumidas;
- III. Nomear servidores que integrarão a Equipe de Gestão do Contrato nos termos do art. 30 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 2014, composta por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo;
- IV. Promover reunião inicial entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** para alinhamento das expectativas;
- V. Proporcionar todos os meios necessários para a **CONTRATADA** executar a prestação dos serviços objeto do Contrato, permitindo o acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da **CONTRATANTE**, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes a identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- VI. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias para a plena execução do contrato;
- VII. Detectar eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**, solicitando imediata interrupção, se for o caso;
- VIII. Receber e avaliar os objetos entregues pela **CONTRATADA**;
- IX. Receber o objeto entregue fornecido pela **CONTRATADA** que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- X. Recusar o objeto entregue em desacordo com o contrato;
- XI. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) /Fatura(s) e efetuar os pagamentos pertinentes à **CONTRATADA**;
- XII. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- XIII. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**;
- XIV. Solicitar a troca dos objetos que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- XV. Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da **CONTRATADA**, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores e ao meio ambiente;
- XVI. Informar à **CONTRATADA**, dentro do período de garantia, os novos locais em que se encontra o objeto, caso ocorra seu remanejamento para outras unidades da **CONTRATANTE** não informadas neste Termo de Referência e seus anexos;
- XVII. Proporcionar os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais; e
- XVIII. Realizar, no momento da licitação, quando houver necessidade e a critério da RFB, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Constituem obrigações específicas da **CONTRATADA**, sem prejuízos das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e aos equipamentos/soluções/serviços:

- I. Apresentar, na assinatura do contrato, declaração do fabricante da solução, afirmando que a licitante está apta a comercializar os seus produtos e que os produtos cotados possuem garantia no Brasil como condição para assinatura do contrato.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- II. Manter-se, durante toda a Execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- III. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela **CONTRATANTE**, obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes;
- IV. Executar o objeto contratado conforme as condições estipuladas neste Termo de Referência e seus Anexos, na Proposta e no Contrato;
- V. Indicar formalmente, em 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, preposto e substituto aptos a representá-la junto à **CONTRATANTE**, os quais devem responder pela fiel Execução dos serviços contratados, orientar a Equipe da **CONTRATADA**, bem como comparecer às dependências da **CONTRATANTE** sempre que convocados;
- VI. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato;
- VII. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe da RFB que fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá previamente a pauta da reunião;
- VIII. Manter os seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**;
- IX. Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional que não atenda às necessidades inerentes à execução dos serviços contratados;
- X. Atender às solicitações dos membros da Equipe de Gestão do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou à gestão dos serviços;
- XI. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do Contrato, bem como qualquer ocorrência relevante à execução contratual;
- XII. Efetuar de imediato o afastamento do atendimento à **CONTRATANTE** de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam inadequados à execução do Contrato;
- XIII. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à execução da mesma;
- XIV. Responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à entrega do objeto contratado;
- XV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- XVI. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela **CONTRATANTE**;
- XVII. Observar todas as normas de segurança adotadas pela **CONTRATANTE**, inclusive no que diz respeito às normas referentes ao ambiente informatizado;
- XVIII. Fornecer à **CONTRATANTE**, sempre que requerido formalmente, acesso aos equipamentos e sistemas necessários ao atendimento do objeto do Contrato, para averiguação da conformidade dos serviços contratados;
- XIX. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- XX. Cumprir as disposições do Termo de Compromisso e do Termo de Ciência;
- XXI. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive de transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega do objeto contratado, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no termo de referência e seus anexos;
- XXII. Assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados, informações e sistemas informatizados, inclusive de todas as suas alterações, manuais, programas-fonte e objeto, bases de dados, fitas e discos magnéticos ou outros recursos, pertencentes à **CONTRATANTE**, armazenados ou residentes na **CONTRATADA**;
- XXIII. Registrar, tempestivamente, mediante relatório circunstanciado, todos os casos que a eximam de responsabilidade (negligência, mau uso, instalações e outros);
- XXIV. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pela **CONTRATANTE**, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcialmente, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- XXV. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação durante a execução do Contrato, conforme especificação;
- XXVI. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras e serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- XXVII. Apresentar fatura no valor autorizado e condições do Contrato, apresentando-a à **CONTRATANTE** para ateste e pagamento após a autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- XXVIII. Atender as determinações do Gestor do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou gestão dos serviços;
- XXIX. Executar as especificações de garantia de funcionamento definidas neste Termo de Referência;
- XXX. Fornecer para a **CONTRATANTE** documentação oficial que comprove que a titularidade das licenças fornecidas pertence à Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- XXXI. Registrar todas as solicitações feitas pela **CONTRATANTE** para acompanhamento e controle da execução dos serviços;
- XXXII. Sem prejuízo das exigências do Termo de Referência e demais condições editalícias futuras, obriga-se a contratada a cumprir todas as disposições decorrentes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- XXXIII. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, todas as atualizações corretivas, evolutivas, de segurança, de funcionalidades e releases referentes aos softwares cujas licenças foram adquiridas, sem quaisquer ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, mesmo após o término da vigência do Contrato, num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da atualização ou releases;
- XXXIV. Disponibilizar para download, durante o prazo de manutenção e suporte técnico, novas versões dos softwares cujas licenças foram adquiridas, num prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do lançamento da nova versão no Brasil;
- XXXV. A **CONTRATADA** não poderá divulgar projetos, serviços e soluções de TI da RFB, nem falar em nome da RFB em nenhum tipo de mídia sem prévia autorização da RFB; e
- XXXVI. Não disponibilizar qualquer informação de propriedade da RFB, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a anuência expressa da RFB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado pela RFB/Copol em moeda corrente nacional, no valor auferido no processo licitatório, por meio de Ordem Bancária, até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto, com o depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, junto a Agência Bancária indicada pelo mesmo, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo representante da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará ao Fiscal Administrativo, após a autorização do Gestor do Contrato, a respectiva nota fiscal/fatura do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado no Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso os dados da fatura estejam incorretos, a **CONTRATADA** deverá emitir nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso a fatura seja emitida pela **CONTRATADA** com valores em desacordo com o autorizado pela **CONTRATANTE**, este procederá com o pagamento apenas da parte por ele reconhecida, devendo a **CONTRATADA** ser comunicado.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATANTE** verificará, antes do pagamento, por meio de consulta on-line ao Sicafe, a comprovação da regularidade do cadastramento e habilitação da **CONTRATADA** e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho, os quais serão juntados ao processo administrativo.

PARÁGRAFO SEXTO - Constatando-se a situação de irregularidade, a **CONTRATADA** será advertida, por escrito, para regularizar sua situação no prazo de cinco (5) dias úteis, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa, prorrogável por igual período, mediante justificativa da **CONTRATADA** aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela **CONTRATANTE**, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO OITAVO - Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando à **CONTRATADA** a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO - Caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação e havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O Contrato não será rescindido por motivo de inadimplência no Sicafe somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da **CONTRATADA**, ou apresentação de defesa aceita pela **CONTRATANTE**, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizam descumprimento de cláusula contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a **CONTRATADA** sujeita às sanções administrativas previstas no Edital e seus.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - O prazo previsto para que o contratado tente regularizar a sua situação somente começará a correr após a apresentação da totalidade dos documentos previstos no parágrafo abaixo.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O pagamento, parcial ou total, só será será

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

realizado desde que as obrigações referentes ao objeto da contratação fornecido sejam cumpridas e após a emissão e a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Termo de Recebimento Provisório (TRP) emitido e assinado pelo Fiscal Técnico, com notas fiscais;
- b) Termo de Recebimento Definitivo (TRD) emitido e assinado pelo Fiscal Requisitante e pelo Gestor do Contrato;
- c) Notas fiscais de fatura;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**, sendo este insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A **CONTRATANTE**, estando tudo conforme, pagará à **CONTRATADA** no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento das notas fiscais/fatura pelo Fiscal Administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Conforme disposto no § 6º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a **CONTRATADA**:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - No caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO- É vedado à RFB o pagamento de despesas de transporte e hospedagem dos funcionários da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - No pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos federais previstos na legislação vigente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 2006, a retenção de tributos será feita na forma da referida Lei Complementar, e não conforme a IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO – A CONTRATADA deverá indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à **CONTRATANTE**, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar os técnicos de manutenção que prestarão os serviços, bem como comparecer à RFB sempre que convocado. Para evitar que a **CONTRATANTE** fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a execução do objeto serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação, sem prejuízo da utilização de outros meios que se façam necessários no decorrer da execução do contrato:

a) Função de comunicação 1: Autorizar a entrega das licenças

Documento: Ordem de Serviço;

Emissor: Contratante – Gestor do Contrato;

Destinatário: Contratada;

Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e

Periodicidade: Sob demanda.

b) Função de comunicação 2: Abertura de chamados de suporte técnico e garantia

Documento: Solicitação de abertura de chamado de suporte técnico e garantia;

Emissor: Contratante;

Destinatário: Contratada;

Meio: E-mail, telefone e/ou sítio na Internet; e

Periodicidade: Sob demanda.

c) Função de comunicação 3: Registro das reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Documento: Ata de Reunião;
Emissor: Contratante;
Destinatário: Contratada;
Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e
Periodicidade: A cada reunião.

d) Função de comunicação 4: Registro/Resposta de cada solicitação de suporte técnico ou garantia feita pela CONTRATANTE

Documento: Relatório de Atendimento Técnico;
Emissor: Contratada;
Destinatário: Contratante;
Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e
Periodicidade: Após cada chamado.

e) Função de comunicação 5: Registro das visitas realizadas pelos técnicos da CONTRATADA

Documento: Relatório de Visita;
Emissor: Contratada;
Destinatário: Contratante;
Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e
Periodicidade: Após a realização dos serviços de garantia.

f) Função de comunicação 6: Dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos acerca de itens presentes no contrato firmado

Documento: Ofício;
Emissor: Contratada;
Destinatário: Contratante;
Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e
Periodicidade: Sob demanda.

g) Função de comunicação 7: Confirmação da conclusão do atendimento ou chamado técnico

Documento: “De acordo” da conclusão de chamado ou atendimento técnico;
Emissor: Fiscal Técnico;
Destinatário: Contratada;
Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento; e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Periodicidade: Sob demanda.

h) Função de comunicação 8: Acusar o recebimento provisório do objeto da contratação

Documento: Termo de Recebimento Provisório;

Emissor: Fiscal Técnico;

Destinatário: Gestor do Contrato;

Meio: Papel; e

Periodicidade: Sob demanda.

i) Função de comunicação 09: Acusar a emissão do Termo de Avaliação de Qualidade

Documento: Termo de Avaliação de Qualidade (TAQ);

Emissor: Fiscal Técnico e Fiscal Requisitante;

Destinatário: Gestor do Contrato (Contratante);

Meio: Papel; e

Periodicidade: Sob demanda.

j) Função de comunicação 10: Acusar o recebimento definitivo do objeto da contratação

Documento: Termo de Recebimento Definitivo;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Papel; e

Periodicidade: Sob demanda.

k) Função de comunicação 11: Comunicar autorização para faturamento

Documento: Autorização para faturamento;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

l) Função de comunicação 12: Receber notas fiscais/fatura

Documento: Nota Fiscal/Fatura;

Emissor: Contratada;

Destinatário: Fiscal Administrativo (Contratante);

Meio: Papel e/ou meio eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Periodicidade: Sob demanda.

m) Função de comunicação 13: Comunicar pagamento

Documento: Notificação de pagamento;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO Com a presente contratação, as licenças necessárias para a implementação da solução, assim como a documentação utilizada para transferência de conhecimento, passam a ser de propriedade da Receita Federal..

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO - A transferência de conhecimento, no uso das soluções desenvolvidas e implantadas pela **CONTRATADA**, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para a **CONTRATANTE**, com documentação técnica clara e completa explicitando a metodologia utilizada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A documentação técnica a ser fornecida por escrito, em português, deverá conter no mínimo os módulos descritos a seguir:

- Documentação das Funcionalidades: este documento conterá as características técnicas dos produtos e suas funções, procedimentos e parâmetros de configuração, etc;
- Documentação de Configuração e Operação: este documento conterá informações quanto aos procedimentos de configuração e operação, comandos e testes aplicáveis, procedimentos de inicialização e de configuração do software; e;
- Melhores práticas e configurações recomendadas pelo fabricante.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Tais documentações poderão consistir, por exemplo, de manuais, guias práticos, apostila.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Esta documentação deverá ser direcionadas para os técnicos indicados pela **CONTRATANTE** e focada na solução adotada. Ao final da transferência, os técnicos da **CONTRATANTE** deverão estar aptos e capacitados a realizarem o gerenciamento, monitoramento e a atualização do ambiente de infraestrutura da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO QUARTO – Essa documentação deverá ser direcionada para os técnicos indicados pela **CONTRATANTE** e focadas na solução adotada.

PARÁGRAFO QUINTO - Cabe à **CONTRATADA** realizar tarefas para completa

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

transferência de conhecimentos para a **CONTRATANTE**, ficando responsável nas alçadas Cível e Penal por quaisquer danos causados pela transferência parcial ou inadequada dos conhecimentos, ou omissão de informações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Ação Orçamentária “Fortalecimento Institucional” (20VF), Programa de Trabalho “04125211020VF0001”. Natureza de Despesa: 33903911 LOCACAO DE SOFTWARES.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA NOTA DE EMPENHO - Foi emitida pela **CONTRATANTE** a Nota de Empenho nº _____, de ____/____/2017, no valor de R\$ _____ (_____), à conta da dotação especificada no *caput* desta cláusula, para atender as despesas inerentes a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA - A Administração dispensará a apresentação de garantia de execução contratual, de acordo com o previsto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES - Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a **CONTRATADA** que, no decorrer da contratação:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens abaixo	1
2	Atrasar a execução do objeto apresentado justificativa parcialmente aceita pelo Contratante	2
3	Atrasar injustificadamente a entrega do objeto	3
4	Cometer outros atrasos injustificados não especificados nos itens anteriores	3
5	Descumprir as obrigações de sigilo e transferência de conhecimento	3
6	Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual	3
7	Desatender às solicitações do Contratante	3
8	Descumprir a legislação (legal e infralegal) afeta à execução do objeto (direta ou indiretamente)	4
9	Cometer atos protelatórios durante a execução, com adiamento dos prazos, visando ensejar alterações de valores decorrentes de reajuste ou revisão dos preços contratados	4
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do objeto	4
11	Cometer atos ilegais visando frustrar a conclusão do objeto contratado	4
12	Inexecução total do Contrato	5
13	Apresentar declaração ou informação falsa, bem como, adulterar documentos	5

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no *caput* desta Cláusula ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

GRAU	MULTA		PRAZO DE IMPEDIMENTO*
	MORATÓRIA	COMPENSATÓRIA	
1	0,5% ao dia	0,5% por ocorrência	Não
2	1,0% ao dia	0,5% por ocorrência	Não
3	1,5% ao dia	1,0% por ocorrência	Não
4	2,0% ao dia	5,0% por ocorrência	De 6 meses a 2 anos
5	3,0% ao dia	20,0% por ocorrência	De 2 anos até 5 anos

(*) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e das demais cominações legais.”- art. 7º, caput, da Lei nº 10.520, de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total ou parcial do Contrato, ou o atraso injustificado na execução do Contrato, sujeitará à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Multa pecuniária moratória, por dia de atraso injustificado, cuja base de cálculo é o valor total do objeto em inadimplemento, limitando-se a 30 (trinta) dias e a 10% (dez por cento) do valor total do objeto em atraso, sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa compensatória e demais sanções;

II. Multa pecuniária compensatória, cuja base de cálculo é o valor total global do Contrato, limitando-se ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa moratória e demais sanções, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato; e

III. Impedimento de licitar e de contratar com a união e descredenciamento no Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos, no Contrato e nas demais cominações legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No processo de apuração de supostas irregularidades deverão ser consideradas as seguintes definições:

a) documentos simples são aqueles que mesmo deixando de ser apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, não interfiram na execução do objeto de forma

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

direta ou não cause prejuízos à Administração;

b) documentos importantes são aqueles que se não apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, interfiram na execução do objeto de forma direta ou indireta ou causem prejuízos à Administração;

c) erro de execução: é aquele que, passível de correção, foi devidamente sanado;

d) execução imperfeita: é aquela passível de aproveitamento, a despeito de falhas não corrigidas; e

e) inexecução total: descumprir o que foi estipulado no contrato em quantidade ou qualidade ou de forma ou prazo.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas nos parágrafos anteriores realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO QUINTO - Após o trigésimo dia de atraso, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto. O atraso caracterizador da inexecução total poderá ser prorrogado excepcionalmente por até igual período, desde que a justificativa seja aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas aplicadas deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo Órgão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação que será enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso não haja recolhimento, as multas serão inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente..

PARÁGRAFO NONO - As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sicafe e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a **CONTRATADA** será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As sanções também serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, instituído pela Portaria MCT nº 516, de 2010, quando cabível.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

8.666, de 1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante acordo entre as partes, poderá haver supressão dos quantitativos do objeto em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESCISÃO – O presente Contrato poderá ser rescindido, observados as razões, formas e direitos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Dos atos praticados pela **CONTRATANTE** cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS - Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes Contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-se-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA VALIDADE E EFICÁCIA - O presente Contrato terá validade depois de aprovado pelo Subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil e somente terá eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão dias consecutivos, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Unidade da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO - Para dirimir todas as questões oriundas

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

do presente Contrato, será competente o Juízo Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado na Divisão de Administração de Contratos da RFB/Copol/Colog/Dicon, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Brasília/DF, __ de _____ de 2017.

CONTRATANTE

CONTRATADA**TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**ANEXO III**
MINUTA DO TERMO DO CONTRATO (Treinamentos)**CONTRATO RFB/COPOL Nº XX/2017*****Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de treinamento.***

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2017, na sede da Secretaria da Receita Federal do Brasil, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco "P", Anexo A - Sala 214, na cidade de Brasília-DF, de um lado a UNIÃO, por intermédio da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0058-87, neste ato representada pelo seu Coordenador-Geral de Programação e Logística, Sr. _____, em conformidade com o disposto no inciso II do artigo 298 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, em sequência denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida em _____, neste ato, representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de identidade RG de nº _____ SSP/____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____ residente e domiciliado na _____, e, daqui por diante, denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com minuta examinada e aprovada pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, *ex-vi* do disposto no Parágrafo Único do artigo 38, da Lei nº 8.666, de 1993, um Contrato para prestação de serviços de treinamento, objeto do Processo MF nº 12440.720045/2017-51, que se regerá pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2012, do Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, do Decreto nº 7.010, Decreto nº 8.186, de 17 de janeiro de 2014, da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, da Portaria SRF nº 450, de 28 de abril de 2004, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4, de 12 de novembro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO – O presente Contrato tem por objeto contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de treinamento, de acordo com as especificações, padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos no Anexo I do Edital e nas quantidades especificadas na tabela abaixo:

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Item	Descrição Treinamento	Localidade	Número de turmas	Número de alunos por turma	Valor Unitário por aluno (R\$)	Valor total (R\$)
2.1	Revit 2017* - Básico; carga horária: 40 e modalidade: Presencial	Brasília-DF	8	10		
2.2	Revit 2017* - Estrutura; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.3	NavisWorks 2017*; carga horária: 20 e modalidade: Presencial	Brasília-DF	8	10		
2.4	Revit MEP 2017* - Hidro-Sanitário e incêndio; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.5	Revit 2017* - Avançado; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.6	Revit MEP 2017* – Elétrico e mecânico; carga horária: 12-15 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
2.7	AutoCad Civil 3D 2017* e InfraWorks 360 2017; carga horária: 35-40 e modalidade: EAD	EAD	4	20		
Valor total						
*ou versão mais atual						

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR – A presente contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento de Contrato, bem como às disposições constantes dos documentos a seguir enumerados, que integram o Processo nº 12440.720045/2017-51, do Ministério da Fazenda, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem expressamente:

- I.** Edital do Pregão Eletrônico RFB/Copol nº **XX**/2017, de XX de XXXXXXXX de 2017, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, doravante denominado **Pregão**;
- II.** proposta comercial e documentos que a acompanham, doravante denominada de **Proposta**, apresentada pela **CONTRATADA** na licitação acima referida, às fls. __ a __ do supracitado processo;
- III.** Anexos do Edital do Pregão Eletrônico RFB//Copol nº XX/2017 constantes às fls a do já citado processo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO – A presente contratação foi objeto de licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, conforme Edital constante às fls. __ a __ do Processo MF nº 12440.720045/2017-51, cujo aviso foi publicado, com a antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis, na página __ do Diário Oficial da União de __ de ____ de

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

2017, em jornal de grande circulação, de ____ de ____ de 2017, na página __, e no Portal de Compras Governamentais, em ____ de ____ de 2017, e ao qual o presente Contrato está vinculado.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA – O presente Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA – Este item está disciplinado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO – Este item está disciplinado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO – O objeto da presente contratação será fornecido ao preço de R\$ xxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme proposta final negociada com o licitante.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO – Este item está disciplinado no Anexo I do Edital.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE – Incumbe à CONTRATANTE:

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;
- II. Exigir da **CONTRATADA** o cumprimento integral das obrigações assumidas;
- III. Nomear servidores que integrarão a Equipe de Gestão do Contrato nos termos do art. 30 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 04, de 2014, composta por Gestor do Contrato, Fiscal Técnico, Fiscal Requisitante e Fiscal Administrativo;
- IV. Promover reunião inicial entre a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** para alinhamento das expectativas;
- V. Proporcionar todos os meios necessários para a **CONTRATADA** executar a prestação dos serviços objeto do Contrato, permitindo o acesso dos profissionais da **CONTRATADA** às suas dependências. Esses profissionais ficarão sujeitos a todas as normas internas da **CONTRATANTE**, principalmente as de segurança, inclusive àquelas referentes a identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências;
- VI. Fornecer à **CONTRATADA** as informações necessárias para a plena execução do contrato;
- VII. Detectar eventuais deficiências relacionadas com a execução, sob os

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

aspectos quantitativo e qualitativo, e comunicar as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte da **CONTRATADA**, solicitando imediata interrupção, se for o caso;

- VIII. Receber e avaliar os objetos entregues pela **CONTRATADA**;
- IX. Receber o objeto entregue fornecido pela **CONTRATADA** que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme verificações realizadas;
- X. Recusar o objeto entregue em desacordo com o contrato;
- XI. Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) /Fatura(s) e efetuar os pagamentos pertinentes à **CONTRATADA**;
- XII. Aplicar à **CONTRATADA** as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- XIII. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**;
- XIV. Solicitar a troca dos objetos que não atenderem às especificações do objeto contratado;
- XV. Proporcionar os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais; e

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Constituem obrigações específicas da **CONTRATADA**, sem prejuízos das obrigações estabelecidas nas normas legais e técnicas aplicáveis a este Contrato e aos equipamentos/soluções/serviços:

- I. Manter-se, durante toda a Execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- II. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos eventualmente solicitados pela **CONTRATANTE**, obedecendo aos parâmetros e rotinas estabelecidos de acordo com as recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação vigentes;
- III. Executar o objeto contratado conforme as condições estipuladas no Edital e seus Anexos, na Proposta e no Contrato;
- IV. Indicar formalmente, em 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato, preposto e substituto aptos a representá-la junto à **CONTRATANTE**, os quais devem responder pela fiel Execução dos serviços contratados, orientar a Equipe da **CONTRATADA**, bem como comparecer às dependências da **CONTRATANTE** sempre que convocados;
- V. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente Contrato;
- VI. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início da prestação dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais com uma equipe da RFB que fará a convocação dos representantes da empresa e fornecerá

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

- previamente a pauta da reunião;
- VII. Manter os seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá, quando em trabalho nas dependências da **CONTRATANTE**;
- VIII. Providenciar a imediata substituição de qualquer profissional que não atenda às necessidades inerentes à execução dos serviços contratados;
- IX. Atender às solicitações dos membros da Equipe de Gestão do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou à gestão dos serviços;
- X. Comunicar formal e imediatamente ao Gestor do Contrato todas as ocorrências anormais ou de comprometimento da execução do Contrato, bem como qualquer ocorrência relevante à execução contratual;
- XI. Efetuar de imediato o afastamento do atendimento à **CONTRATANTE** de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam inadequados à execução do Contrato;
- XII. Assumir todos os encargos sociais, trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da execução contratual, bem como por eventuais demandas de caráter cível ou penal relacionadas à execução da mesma;
- XIII. Responsabilizar-se por quaisquer encargos, despesas, taxas, inclusive de seguro, decorrentes das operações necessárias à entrega do objeto contratado;
- XIV. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- XV. Reparar quaisquer danos diretamente causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela **CONTRATANTE**;
- XVI. Observar todas as normas de segurança adotadas pela **CONTRATANTE**, inclusive no que diz respeito às normas referentes ao ambiente informatizado;
- XVII. Fornecer à **CONTRATANTE**, sempre que requerido formalmente, acesso aos equipamentos e sistemas necessários ao atendimento do objeto do Contrato, para averiguação da conformidade dos serviços contratados;
- XVIII. Cumprir as disposições do Termo de Compromisso e do Termo de Ciência;
- XIX. Responsabilizar-se por todos os custos, diretos e indiretos, inclusive de transporte e de pessoal, necessários à adequada e regular entrega do objeto contratado, em plena conformidade com os termos e especificações, inclusive prazos, horários e local de entrega, previstos no termo de referência e seus anexos;
- XX. Assegurar a disponibilidade, confidencialidade e integridade dos dados,

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

informações e sistemas informatizados, inclusive de todas as suas alterações, manuais, programas-fonte e objeto, bases de dados, fitas e discos magnéticos ou outros recursos, pertencentes à **CONTRATANTE**, armazenados ou residentes na **CONTRATADA**;

- XXI. Registrar, tempestivamente, mediante relatório circunstanciado, todos os casos que a eximam de responsabilidade (negligência, mau uso, instalações e outros);
- XXII. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas compras e serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato;
- XXIII. Apresentar fatura no valor autorizado e condições do Contrato, apresentando-a à **CONTRATANTE** para ateste e pagamento após a autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato;
- XXIV. Atender as determinações do Gestor do Contrato inerentes às obrigações contratuais e/ou à prestação e/ou gestão dos serviços;
- XXV. Registrar todas as solicitações feitas pela **CONTRATANTE** para acompanhamento e controle da execução dos serviços;
- XXVI. Sem prejuízo das exigências do Termo de Referência e demais condições editalícias futuras, obriga-se a contratada a cumprir todas as disposições decorrentes da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- XXVII. A **CONTRATADA** não poderá divulgar projetos, serviços e soluções de TI da RFB, nem falar em nome da RFB em nenhum tipo de mídia sem prévia autorização da RFB; e
- XXVIII. Não disponibilizar qualquer informação de propriedade da RFB, por qualquer meio, a qualquer terceiro e para qualquer finalidade, sem a anuência expressa da RFB.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado pela RFB/Copol em moeda corrente nacional, no valor auferido no processo licitatório, por meio de Ordem Bancária, até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do treinamento, com o depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, junto a Agência Bancária indicada pela mesma, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo representante da **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Para efeito de pagamento, a **CONTRATADA** encaminhará ao Fiscal Administrativo, após a autorização do Gestor do Contrato, a respectiva nota fiscal/fatura do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado no Contrato.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso os dados da fatura estejam incorretos, a **CONTRATADA** deverá emitir nova fatura, escoimada daquelas incorreções, abrindo-se, então, novo prazo para pagamento.

PARÁGRAFO QUARTO – Caso a fatura seja emitida pela **CONTRATADA** com valores em desacordo com o autorizado pela **CONTRATANTE**, este procederá com o pagamento apenas da parte por ele reconhecida, devendo a **CONTRATADA** ser comunicada.

PARÁGRAFO QUINTO – A **CONTRATANTE** verificará, antes do pagamento, por meio de consulta on-line ao Sicaf, a comprovação da regularidade do cadastramento e habilitação da **CONTRATADA** e a prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho no sítio da rede mundial de computadores do Tribunal Superior do Trabalho, os quais serão juntados ao processo administrativo.

PARÁGRAFO SEXTO - Constatando-se a situação de irregularidade, a **CONTRATADA** será advertida, por escrito, para regularizar sua situação no prazo de cinco (5) dias úteis, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa, prorrogável por igual período, mediante justificativa da **CONTRATADA** aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a **CONTRATANTE** comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da **CONTRATADA**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela **CONTRATANTE**, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

PARÁGRAFO OITAVO - Persistindo a irregularidade, a **CONTRATANTE** adotará as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurando à **CONTRATADA** a ampla defesa.

PARÁGRAFO NONO - Caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação e havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O Contrato não será rescindido por motivo de inadimplência no Sicaf somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da **CONTRATADA**, ou apresentação de defesa aceita pela **CONTRATANTE**, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterizam descumprimento de cláusula contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a **CONTRATADA** sujeita às sanções administrativas previstas no Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**, sendo este insuficiente, fica a **CONTRATADA** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

comunicação oficial.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A **CONTRATANTE**, estando tudo conforme, pagará à **CONTRATADA** no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento das notas fiscais/fatura pelo Fiscal Administrativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Conforme disposto no § 6º do art. 36 da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008, a retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, ocorrerá quando a **CONTRATADA**:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - No caso de eventuais atrasos de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para pagamento até a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO- É vedado à RFB o pagamento de despesas de transporte e hospedagem dos funcionários da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - No pagamento, será efetuada a retenção na fonte dos tributos federais previstos na legislação vigente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Caso a empresa seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 2006, a retenção de tributos será feita na forma da referida Lei Complementar, e não conforme a IN SRF nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO – A **CONTRATADA** deverá indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à **CONTRATANTE**, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientar os técnicos de manutenção que prestarão os serviços, bem como comparecer à RFB sempre que convocado. Para evitar que a **CONTRATANTE** fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

PARÁGRAFO ÚNICO – Para a execução do objeto serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação, sem prejuízo da utilização de outros meios que se façam necessários no decorrer da execução do contrato:

a) Função de comunicação 1: Autorizar a execução dos serviços (Conforme Anexo I - G)

Documento: Ordem de Serviço;
Emissor: Contratante – Gestor do Contrato;
Destinatário: Contratada;
Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e
Periodicidade: Sob demanda.

b) Função de comunicação 2: Registro das reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA

Documento: Ata de Reunião;
Emissor: Contratante;
Destinatário: Contratada;
Meio: Papel e/ou meio eletrônico; e
Periodicidade: A cada reunião.

c) Função de comunicação 3: Registro das visitas realizadas pelos técnicos da CONTRATADA

Documento: Relatório de Visita;
Emissor: Contratada;
Destinatário: Contratante;
Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e
Periodicidade: Após a realização dos serviços de garantia.

d) Função de comunicação 4: Dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos acerca de itens presentes no contrato firmado

Documento: Ofício;
Emissor: Contratada;

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Destinatário: Contratante;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

e) Função de comunicação 5: Comunicar autorização para faturamento

Documento: Autorização para faturamento;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

f) Função de comunicação 6: Receber notas fiscais/fatura

Documento: Nota Fiscal/Fatura;

Emissor: Contratada;

Destinatário: Fiscal Administrativo (Contratante);

Meio: Papel e/ou meio eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

g) Função de comunicação 7: Comunicar pagamento

Documento: Notificação de pagamento;

Emissor: Gestor do Contrato (Contratante);

Destinatário: Contratada;

Meio: Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada; e

Periodicidade: Sob demanda.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da Ação Orçamentária “Fortalecimento Institucional” (20VF). Programa de Trabalho “04125211020VF0001”. Natureza de Despesa: 33903948 SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO, Unidade Gestora 170010.”

PARÁGRAFO ÚNICO - DA NOTA DE EMPENHO - Foi emitida pela **CONTRATANTE** a Nota de Empenho nº _____, de ____/____/201, no valor de R\$ _____ (_____), à conta da dotação especificada no *caput* desta cláusula, para atender as despesas inerentes a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA - A Administração dispensará a

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

apresentação de garantia de execução contratual, de acordo com o previsto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES - Cometerá infração administrativa, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a **CONTRATADA** que, no decorrer da contratação:

ITEM	INFRAÇÃO	GRAU
1	Descumprir quaisquer obrigações contratuais, não explicitadas nos demais itens abaixo	1
2	Atrasar a execução do objeto apresentado justificativa parcialmente aceita pelo Contratante	2
3	Atrasar injustificadamente a entrega do objeto	3
4	Cometer outros atrasos injustificados não especificados nos itens anteriores	3
5	Descumprir as obrigações de sigilo e transferência de conhecimento	3
6	Não manter as condições de habilitação durante a vigência contratual	3
7	Desatender às solicitações do Contratante	3
8	Descumprir a legislação (legal e infralegal) afeta à execução do objeto (direta ou indiretamente)	4
9	Cometer atos protelatórios durante a execução, com adiamento dos prazos, visando ensejar alterações de valores decorrentes de reajuste ou revisão dos preços contratados	4
10	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal durante a execução do objeto	4
11	Cometer atos ilegais visando frustrar a conclusão do objeto contratado	4
12	Inexecução total do Contrato	5
13	Apresentar declaração ou informação falsa, bem como, adulterar documentos	5

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** que cometer qualquer das infrações discriminadas no *caput* desta Cláusula ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

GRAU	MULTA		PRAZO DE IMPEDIMENTO*
	MORATÓRIA	COMPENSATÓRIA	
1	0,5% ao dia	0,5% por ocorrência	Não
2	1,0% ao dia	0,5% por ocorrência	Não
3	1,5% ao dia	1,0% por ocorrência	Não

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

4	2,0% ao dia	5,0% por ocorrência	De 6 meses a 2 anos
5	3,0% ao dia	20,0% por ocorrência	De 2 anos até 5 anos

(*) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos e das demais cominações legais.”- art. 7º, caput, da Lei nº 10.520, de 2002.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A inexecução total ou parcial do Contrato, ou o atraso injustificado na execução do Contrato, sujeitará à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- I. Multa pecuniária moratória**, por dia de atraso injustificado, cuja base de cálculo é o valor total do objeto em inadimplemento, limitando-se a 30 (trinta) dias e a 10% (dez por cento) do valor total do objeto em atraso, sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa compensatória e demais sanções;
- II. Multa pecuniária compensatória**, cuja base de cálculo é o valor total global do Contrato, limitando-se ao percentual de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das demais penalidades, podendo ser aplicada cumulativamente com a multa moratória e demais sanções, desde que o valor cumulado das penalidades não supere o valor total do Contrato; e
- III. Impedimento de licitar e de contratar com a união e descredenciamento no Sicaf** pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e seus anexos, no Contrato e nas demais cominações legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No processo de apuração de supostas irregularidades deverão ser consideradas as seguintes definições:

- a)** documentos simples são aqueles que mesmo deixando de ser apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, não interfiram na execução do objeto de forma direta ou não cause prejuízos à Administração;
- b)** documentos importantes são aqueles que se não apresentados, ou apresentados fora do prazo previsto, interfiram na execução do objeto de forma direta ou indireta ou causem prejuízos à Administração;
- c)** erro de execução: é aquele que, passível de correção, foi devidamente sanado;
- d)** execução imperfeita: é aquela passível de aproveitamento, a despeito de falhas não corrigidas; e
- e)** inexecução total: descumprir o que foi estipulado no contrato em quantidade ou qualidade ou de forma ou prazo.

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas nos parágrafos anteriores realizar-se-á mediante processo administrativo que assegurará à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO QUINTO - Após o trigésimo dia de atraso, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, caracterizando-se a inexecução total do seu objeto. O atraso caracterizador da inexecução total poderá ser prorrogado excepcionalmente por até igual período, desde que a justificativa seja aceita pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEXTO - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observando o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas aplicadas deverão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Guia de recolhimento da União (GRU), a ser preenchida de acordo com as instruções fornecidas pelo Órgão, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação que será enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso não haja recolhimento, as multas serão inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente..

PARÁGRAFO NONO - As sanções serão obrigatoriamente registradas no Sicaf e, no caso de impedimento de licitar e contratar com a União, a **CONTRATADA** será descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As sanções também serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, instituído pela Portaria MCT nº 516, de 2010, quando cabível.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos quantitativos do objeto até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante acordo entre as partes, poderá haver supressão dos quantitativos do objeto em percentual superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO – O presente Contrato poderá ser rescindido, observados as razões, formas e direitos estabelecidos nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS - Dos atos praticados pela **CONTRATANTE** cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS - Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste instrumento, os chamados casos omissos, estes deverão ser resolvidos entre as partes Contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei nº 8.666, de 1993, aplicando-se-lhe, quando for o caso, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VALIDADE E EFICÁCIA - O presente Contrato terá validade depois de aprovado pelo Subsecretário de Gestão Corporativa da Receita Federal do Brasil e somente terá eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO ÚNICO - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar, às suas expensas, a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, com indicação da modalidade de licitação e de seu número de referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Na contagem dos prazos estabelecidos neste instrumento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento e considerar-se-ão dias consecutivos, observando-se que só se iniciam e vencem os prazos em dia de expediente normal da Unidade da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em três vias de igual teor e forma, pelas partes Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivado na Divisão de Administração de Contratos da RFB/Copol/Colog/Dicon, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2017.

CONTRATANTE

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO RFB/Sucor/Copol Nº 7/2017**CONTRATADA****TESTEMUNHAS:**

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG: